

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

DORA, Denise Dourado. Denise Dourado Dora (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 5min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Denise Dourado Dora  
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

**Levantamento de dados:** Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira; Verônica R. Bevilacqua Otero Spicer;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

**Técnico de gravação:** Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 07/06/2011 a 20/06/2011

**Duração:** 3h 5min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

**Temas:** América do Norte; Anos 1970; Anos 1980; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Ciências Sociais; Congressos e conferências; Democracia; Direito; Direitos civis; Direitos humanos; Ditadura; Estados Unidos da América; Favela; Feminismo; Formação escolar; Fundação Ford; Inglaterra; Movimento estudantil; Movimento sindical; Olívio Dutra; Organizações não governamentais; Pesquisa científica e tecnológica; Peter Fry; Política científica e tecnológica; Política internacional; Pós - graduação; Rio Grande do Sul; Ruth Cardoso; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Yvonne Maggie;

## *Sumário*

1ª Entrevista: 7 de junho de 2011: Origens em Encruzilhada do Sul – RS; a formação escolar no Colégio Sévigné na década de 70; a graduação em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o envolvimento com o movimento estudantil; o início da participação no movimento feminista; a luta por direitos no período da ditadura; o trabalho com assessoria sindical no início da década de 80; o trabalho no governo do Olívio Dutra de 1989 a 1992 no contexto da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena; a inauguração da ONG Themis em 1993 e sua atuação nacional; o mestrado em direitos humanos na Inglaterra (1999) e o mestrado recente em história, política e bens culturais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc); a questão dos direitos humanos nas escolas de direito nos anos 1990 e 2000; processo de entrada na Fundação Ford; a história da Fundação Ford e o apoio à pesquisa no Brasil; o papel dos direitos humanos na formação de cientistas sociais no Brasil; a transição da ditadura para a democracia; as doações da Fundação Ford nos anos 1980 à pesquisas nas universidades; as mudanças da Fundação nos anos 1990; a importância do começo da participação das ONGs brasileiras nos summits internacionais; a relação entre política da Fundação Ford, o governo norte-americano e governo brasileiro; o papel de Ruth Cardoso em relação às ONGs; características intrínsecas a um Programa de Direitos Humanos; a criação do Fundo Brasil de Direitos Humanos; o preconceito com os direitos humanos como um impacto da ditadura.

2ª Entrevista: 20 de junho de 2011: Diferença entre a Fundação em Nova York e a Fundação nos escritórios; a proposta para a criação do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); os critérios de escolha de projetos da Fundação Ford e as dificuldades; o envolvimento na criação do Fundo Elas; o caso do AfroReggae e da Central Única das Favelas (Cufa); a relação próxima da Fundação com os projetos apoiados; o caso do apoio ao projeto Observa, coordenado por Yvonne Maggie e Peter Fry; o grau de influência da Fundação Ford nos financiamentos à projetos; a opinião da mídia sobre Direito Humanos; o direcionamento do foco da Fundação Ford para a Amazônia no século XXI; aspectos da estrutura organizacional da Fundação Ford; a

experiência adquirida em ter passado dez anos na Fundação; protocolo de comportamento; a Fundação no cenário internacional; pessoas e projetos relevantes.

*1ª entrevista: 07/06/2011*

L.L. – Bom, é um prazer você estar aqui, na condição de entrevistada, no Cpdoc. Nós fizemos um roteiro e, vamos dizer assim, sempre duas pessoas fazem a entrevista – no caso, uma comanda mais e a outra fica de ponto e lembrando questões e entrando pontualmente. Então, nós acertamos que a Helena seria, hoje, a que vai comandar a entrevista.

H.A. – Então, Denise, como eu falei, a gente vai começar um pouco com a sua trajetória pessoal; em seguida, falar um pouquinho da sua área de atuação em direitos humanos na Fundação Ford; e, para encerrar, se tivermos tempo, falar um pouquinho também sobre a Fundação Ford em si. Então, começando, sua vida, dados pessoais mesmo: onde nasceu, falar um pouco da família...

D.D. – Eu nasci em Encruzilhada do Sul, por acaso. Meu avô tinha uma fazenda lá, meus pais foram passar férias, minha mãe estava grávida já de oito para nove meses e eu acabei nascendo no campo. Mas vivi minha vida inteira em Porto Alegre. Meu pai era piloto da Aeronáutica, minha mãe trabalhava como professora, mas depois ela fez fonoaudiologia – ela trabalhou a vida inteira com crianças com problemas de linguagem e síndrome de Down –, e eu tenho um irmão mais moço, o Marcelo, que é médico. E me criei em Porto Alegre, estudei em uma escola de irmãs francesas da Ordem de São José, o Colégio Sévigné. Tive, portanto, uma sólida formação em filosofia, história, tudo que interessa às ordens religiosas femininas progressistas. E foi interessante porque eu vivi... Eu estava na escola nos anos 1970, durante o período da ditadura, no qual a direção da minha escola se envolveu com a luta contra a ditadura. Então, a minha diretora foi... A minha diretora é ótima! Eu fiquei amiga dela para todo o sempre. A irmã Leônidas [Fávero] foi cassada e teve que largar a direção da escola. Então, teve um episódio e tal e tinha toda uma mobilização na escola. E acabei sendo do grêmio estudantil, e isso teve uma... Fui de um grupo de teatro alternativo – era péssima, mas, enfim, servia para fazer o debate.

L.L. – Essas irmãs eram de que ordem?

D.D. – Da Ordem de São José. Várias delas, depois, largaram a ordem. E aí, quando eu saí da escola e entrei na universidade, no final dos anos 1970, eu fui fazer direito.

L.L. – Como é que você escolheu o direito?

D.D. – Eu fiquei um pouco entre o direito e o jornalismo, um pouco por essa formação na área de humanas, e acabei fazendo direito porque achei que era uma forma de lutar pela justiça. Acho que tinha já uma questão de ideais embutida aí. Entrei na UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul] no final dos anos 1970, quando o movimento estudantil começava a ser um protagonista importante, também, nas lutas democráticas. Então, durante meu período de universidade – eu me formo em 1983 –, eu vivi a experiência de reconstrução de todas as entidades estudantis lá, desde ganhar o diretório do direito, que foi uma experiência muito legal, que era dominado pela polícia. O primeiro presidente progressista do diretório do direito, o Cláudio Baldino Maciel, o Cadico, depois, ele veio a ser presidente da Associação de Magistrados Brasileiros, é um desembargador superimportante e atuante no processo de mobilização dos magistrados na defesa dos direitos. Então, eu vivi muito fortemente essa experiência, depois, de construção da União Estadual dos Estudantes e da UNE. Eu estava no congresso de refundação da UNE, em Minas Gerais. E, obviamente, isso define muito a trajetória profissional da gente, as pessoas com quem eu conversava, quem eram os meus amigos, qual era a rede de... Já na universidade, eu comecei, em 1980, a participar do movimento feminista. Teve o primeiro 8 de Março em Porto Alegre, que foi no Sindicato dos Trabalhadores no Vestuário. Tinha algumas pessoas voltando do exílio, algumas pessoas que eram ligadas ao PDT, a Dilma, que era da Ação da Mulher Trabalhista. E ali eu comecei a participar do movimento feminista. Nós criamos um grupo na universidade chamado Liberta, que era um grupo de mulheres estudantes. Foi uma experiência de construção institucional interessante para mim. Eu era muito jovem, a gente criou um pequeno grupo e teve um momento que o grupo tinha, sei lá, 500 sócias. Qualquer reunião que a gente fazia era uma plenária com milhares de pessoas.

L.L. – A data dessa... A data disso. Porque senão depois a gente esquece de...

H.A. – Ela falou 1980, não é?

D.D. – Em março de 1980. Foi o primeiro 8 de Março que o grupo... em Porto Alegre. E eu me formei em 1983.

H.A. – E você acha que isso já te levou para esse caminho de direitos humanos?

D.D. – Acho que sim. Eu acho que essa experiência da universidade e dos movimentos sociais me ensinou duas coisas: uma, que a gente constrói instituições, que elas não caem magicamente do céu. Reconstruir as entidades estudantis, construir um grupo de mulheres que era nada e que passa a ser referência, construir redes com outros grupos, isso foi uma sólida formação. E a outra coisa que é importante é também a ideia... Era um momento em que a gente não tinha direitos – ainda era o tempo da ditadura –, então, que lutar por cada um deles era muito importante. Por exemplo, as casas de estudantes eram masculinas e femininas, separadas. Nas casas dos estudantes masculinos, as mulheres não podiam entrar. Então, teve um forte movimento no Rio Grande do Sul que era de acesso, que era uma coisa de direitos, de...

H.A. – Simbólico.

D.D. – Simbólico. E a gente se envolveu muito. Antes de me formar, a partir do quarto ano da Escola de Direito, a gente podia começar a atuar na Justiça do Trabalho, com a carteira da OAB provisória. Eu já tinha concluído todas as disciplinas de direito do trabalho, então, eu comecei a trabalhar já, no quarto ano, com assessoria sindical. Eram as oposições sindicais, basicamente. Era o início dos anos 1980, era um momento de reorganização do movimento sindical, então, tinha um grupo de jovens advogados, gente que estava se formando, a gente tinha um grupo e a gente começou a assessorar oposições sindicais. Então, quando eu me formei, eu já estava trabalhando com isso. Eu fui trabalhar na região do Vale do Sinos, que era uma região operária do Rio Grande do Sul, e a gente começou a trabalhar com os sindicatos de calçados, de trabalhadores no calçado. Abrimos um escritório em São Leopoldo e abrimos um escritório em Novo Hamburgo e a gente fazia de Canoas a Ivoti, o Vale do Rio dos Sinos inteiro, e trabalhamos com a categoria do calçado, que era a maior, mas trabalhamos com bancários, químicos, metalúrgicos. Em 1984, eu assessoriei a oposição sindical dos metalúrgicos de São Leopoldo, que era um sindicato, e depois o de Canoas, cujo presidente era o [Paulo] Paim e era

um grande sindicato. Na época da primeira greve geral, que foi em 1983, eu estava no Vale do Sinos. A gente assessorou a...

H.A. – Os grevistas.

D.D. – É. E foi uma experiência inesquecível, porque era julho e no Rio Grande do Sul é frio e tem neblina, então, nem a polícia nos enxergava, nem nós a eles, nem os grevistas. Ninguém se enxergava, às cinco da manhã. E eu tinha uns 20 e poucos anos e era advogada deles. Eu pensei: “Esse troço é completamente temerário, uma greve geral com uma advogada que tem 23 anos, no meio de uma neblina que ninguém se enxerga”. Bom, um monte de gente foi presa, um monte de gente foi solta e tal. Essa foi a minha... E eu fiquei advogando lá e aí eu trabalhei muito com mulheres, porque o calçado e o vestuário... E mesmo o pessoal de químicos e tal, eles trabalhavam muito em torno da indústria do calçado. E eu acho que aí o tema dos direitos humanos emerge muito fortemente, porque, por exemplo, tinha jovens trabalhadores de 12 ou 13 anos que vinham no sindicato me perguntar: “Doutora, pode puxar a orelha?”. Eu dizia: “Não. Não pode. Puxar a orelha não pode, definitivamente. Quem puxa a orelha?”. “O mestre.” O sistema de disciplina por dentro das fábricas era... Ele não era compatível com o direito trabalhista apenas; tinha uma... Ou as mulheres não podiam ir ao banheiro mais do que uma vez por dia, mesmo quando estavam grávidas ou... Então, tinha um conjunto de questões que transbordavam, especificamente, as relações trabalhistas. E aí, nesses sindicatos, eu sempre tentei participar de criação de comissões de mulheres. E, por aí, eu acho que eu fui entendendo que tinha um marco de direitos que era maior do que só as relações trabalhistas e isso começou a fazer parte da minha vida profissional, também.

H.A. – E aí você teve uma experiência de criar uma ONG, a Themis, certo?

D.D. – Tive. Eu trabalhei no governo do Olívio Dutra de 1989 a 1992...

H.A. – Fazendo o quê, exatamente?

D.D. – Eu era assessora jurídica da Secretaria de Educação e depois eu fui... Tinha um grupo de assessores jurídicos que pensava as novas leis, porque foi o período da... Em 1988, aprova



a Constituição, 1989 foi o período das constituições estaduais e 1990, das novas leis orgânicas do município. Então, eu trabalhei nesse comitê. E esse foi o contexto da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, que acontece em Viena em 1993. Então, teve um processo que começou em 1991, de preparação da Conferência de Viena, que foi uma conferência muito importante, porque a última tinha acontecido em 1968, em Teerã. Tinha muito tempo, desde a última Conferência de Direitos Humanos da ONU. E Viena, de certa forma, inaugura o ciclo de conferências da ONU, que vai até a Conferência de Durban, em 2001, sobre racismo, e inaugura em um momento muito promissor, que era o início dos anos 1990, o Muro de Berlim tinha caído, tinha toda uma possibilidade de... E não tinha mais ditadura na América Latina. Era um contexto muito alegre, todo mundo muito esperançoso. E o processo de preparação da Conferência de Viena teve um capítulo grande que envolvia o tema de direitos das mulheres. Tinha um slogan que era: os direitos das mulheres também são direitos humanos e os direitos humanos também são direitos das mulheres, que já naquele momento pontuava, “Olha, o discurso de direitos humanos não necessariamente incorpora questões de gênero e tal”. Não é porque é direito de todo mundo que se está tratando dos direitos das mulheres. É preciso entender que isso faz parte, como faz parte e tal. No processo de discussão do debate sobre Viena é que surge a Themis.

H.A. – Mas você foi como representante ainda do governo?

D.D. – Não, não fui. Teve uma delegação... Teve muita articulação nacional e regional para Viena. Teve uma conferência na Costa Rica que aconteceu, acho que no final de 1991 ou início de 1992, um ano antes, para preparar o debate sobre Viena no país. E eu começo a participar já pelo movimento feminista, como uma questão do movimento... Teve um tribunal em Viena. Então, se discutiu muito que caso levar, e o caso que a gente levou foi o caso da Maria da Penha, que, naquele momento, era um caso totalmente encarecido. A Maria da Penha estava... Isso foi em 1992. Então, foi no contexto da conferência que nós pensamos em criar uma organização para trabalhar com direitos humanos das mulheres. Daí surge a Themis...

H.A. – Criada em Porto Alegre.

D.D. – ...para trabalhar com os temas de acesso à Justiça e de defesa dos direitos. Em Porto Alegre. Então, em março de 1993, nós, oficialmente, inauguramos a Themis, com três programas principais. É uma organização dedicada a pensar o tema de acesso à Justiça e direito das mulheres e tinha três grandes programas: um programa de Promotoras Legais Populares, que é um programa de capacitação, a formação em direitos para lideranças comunitárias femininas, nós começamos a fazer esse programa no Brasil; um programa que era voltado para os operadores do direito, que eram magistrados, promotores etc., então, o que é gênero, o que é gênero no direito; e um outro que era um programa de litígio estratégico, de advocacia mesmo, que acabou se centrando muito nos temas de violência contra a mulher e alguns casos que envolviam direitos reprodutivos. Muito em violência, que era onde tinha muita demanda. Então, a Themis...

H.A. – E a Themis atuou só em Porto Alegre?

D.D. – Ela acabou virando uma organização nacional, porque ela acabou trabalhando com outras organizações feministas para montar os programas de Promotoras Legais Populares. Eu mesma trabalhei com a União de Mulheres de São Paulo, para montar o programa delas, que é um programa bárbaro. Até hoje elas... Elas cresceram muito. É superinteressante. E dei aula em outros programas. Nós fizemos muito isso. Depois, acho que em 1996, a gente coordenou um programa do Ministério da Justiça que era um programa nacional de capacitação em direitos para organizações feministas e para organizações do movimento negro. Então, nós trabalhamos com o Olodum, com o Ilê Aiyê, com o Geledés, com... E essas organizações montaram programas semelhantes. Aí mudou um pouco o nome: o Geledés chamou Promotoras Legais Populares, mas que o Olodum chamava Agentes de Cidadania ou uma coisa assim, que era um programa... Então, de certa forma...

H.A. – Dialogava com essas... Vamos falar um pouquinho da sua formação, também, para além da universidade. Depois você fez um mestrado na Inglaterra, não é?

D.D. – Uma das características da Themis é ter mandato para a coordenação. A gente montou uma associação, mesmo, com sócios e tal, porque eu achava que era interessante pensar em... Quando a gente criou a instituição, a gente criou com a perspectiva de que ela fosse longa e

que não fosse uma pequena ONG de meia dúzia de amigos. Então, eu tive um mandato de seis anos, fundadora, três mais três, e decidi que eu pararia de... Nesse período, eu sempre dei aula. Eu dava aula na Unisinos, de direitos das mulheres. Eles tinham uma disciplina chamada situação jurídica da mulher, que eu dou aula de 1987 a 1998, e de direito de família. Às vezes eu dava, um semestre sim e um semestre não. Mas eu mantive. Então, quando estava para acabar meu mandato, eu achei que era bom eu parar de trabalhar um pouco, ir estudar e tal. Aí eu apliquei para uma bolsa do British Council, do Chevening, e ganhei uma bolsa do British Council para ir fazer o mestrado em direitos humanos. E, na época, o grande mestrado em direitos humanos no mundo era na Universidade de Essex, que é um LLM em direito internacional dos direitos humanos. E aí eu saí da Themis e, uns seis ou cinco meses depois, eu fui. Eu fui para lá em agosto de 1999.

H.A. – E qual foi o tema da sua pesquisa?

D.D. – Família. Eu fiz uma discussão sobre o artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é o direito a ter uma família, e como é que ele tinha ido parar lá e por que tinha ido parar lá. Porque, basicamente, direitos humanos são direitos de natureza pública: os direitos da relação do indivíduo com o Estado, de um cidadão com o seu Estado. O que a construção de famílias tem a ver com isso? Essa era a pergunta que eu me fazia. E foi muito legal, porque eu fui às atas de discussão da Declaração; ao papel do Conselho Mundial de Igrejas no apoio à Declaração e como é que entra isso. Essa foi minha tese de mestrado em direito. Ficou legal. Está toda em inglês. Até hoje, nunca traduzi, nunca publiquei, nunca nada.

[risos]

H.A. – Ah, é?

D.D. – Em casa de ferreiro, espeto de pau.

H.A. – Quem sabe agora, não é, Denise?

D.D. – E daí eu fiquei um ano lá, um ano e pouco, morando na Inglaterra.

H.A. – E agora, só puxando um pouco para frente, para a gente ainda falar dessa coisa da formação, você fez um mestrado, recentemente, aqui no Cpdoc, em história, política e bens culturais. Por que você fez outro mestrado?

D.D. – Por que eu fiz outro mestrado? Primeiro, porque eu queria estudar história. Sempre gostei e sempre estive no meu... muito próximo. Eu estudei muito história do direito. Sempre admirei a disciplina, mas, efetivamente, eu não sabia nada. Então, eu pensei: “Com muita sorte, eu entro num mestrado, se eu estudar muito para a prova, e aí eu aprendo”. E foi muita sorte, mesmo, ter conseguido entrar no Cpdoc, e eu espero ter sido uma aluna aplicada. Eu vim a todas as aulas, li todos os textos... Era a minha chance de aprender um pouco. E foi superlegal, porque eu acho que essa ideia de ser júnior em alguma coisa, ser iniciante... Dificilmente, eu teria uma graduação em história, por uma questão... Mas eu estudei o máximo que eu pude, para estar à altura do mestrado, e eu aprendi muito, mesmo, teoria da história, as referências, a pesquisa e tal. Então, eu fiz o mestrado por isso, e estou considerando fazer o doutorado.

H.A. – Aqui?

D.D. – É. Tem o problema do direito, como é que eu...

H.A. – De certa forma, a sua dissertação... Fala um pouquinho da sua dissertação.

D.D. – E aí a minha dissertação, eu tinha inicialmente pensado... Inclusive, o projeto para o Cpdoc era um projeto sobre instituições de direitos humanos, que é uma questão que, nesses anos de trabalho na Fundação Ford, me afligia um pouco: qual é a institucionalidade necessária para proteger direitos humanos; por que, numa democracia que já tem 20 e poucos anos, a gente continua com violações básicas e tal; como é que se mantém isso. Mas, durante o curso, eu me interessei muito pelos estudos do período da ditadura, até porque eu acho que o que aconteceu ali tem uma ressonância, tem eco, ainda, e eu acabei fazendo sobre a ação dos advogados durante a ditadura, como é que eles advogaram em um ambiente de arbítrio. Eu escrevo, na minha introdução, que eu imagino que tenham razões do inconsciente também. Não por acaso, uma pessoa que é advogada, que também advogou em um período... que não era dos anos de chumbo, mas, para o sindicalismo, era um período duro ainda, que foi o início dos anos 1980,

e volto uma década atrás para pensar e tal, e depois, nos anos 1990, eu vou fazer isso numa ONG. Quer dizer, tem uma pergunta que é: como é que se faz a defesa dos direitos no Brasil? Qual é o papel do direito nesse mundo de construção democrática? O que a gente pode extrair da Justiça?

H.A. – Eu queria que você falasse um pouquinho da questão dos direitos humanos nas escolas de direito, como é que era e como é que está hoje em dia.

D.D. – Pois é. Quando eu decidi fazer o mestrado, achei que era importante para a minha formação e para a formação da minha geração, eu, assim como alguns amigos meus, nós tivemos que sair do país. Não era uma coisa simples. Eu já tinha um filho – o Tomás, na época, tinha 13 anos –, então, aquela negociação toda, como é que sai, como é que... Porque não tinha como estudar direitos humanos no Brasil no final dos anos 1990. Tinham uns cursinhos aqui e ali, mas nada que fosse... que propiciasse... A gente tinha que ir ou para a Inglaterra ou para os Estados Unidos. Tinha um curso em Harvard, tinha um curso em Columbia, tinha esse curso em Essex, mas nenhum país do Hemisfério Sul, nenhum país da América Latina, da África ou da Ásia tinha um mestrado em direitos humanos. O primeiro que vai ter, abre em 2000, que é em Hong Kong. Seria difícil, também, ir para Hong Kong. Então, esse era um tema. E eu acho que isso faz parte da aderência de uma sociedade a uma determinada doutrina. Então, os direitos humanos eram vistos de forma muito politizada, até porque eles se consolidam no mundo no momento em que a gente estava em ditadura. Então, ele passa a ter chance de ser visto como lei ou como referência legal nessa última década. Quando eu voltei da Inglaterra, já trabalhando na Fundação Ford, a gente apoiou uma reunião com vários... com o Paulo Sérgio Pinheiro, o Sérgio Adorno, Flávia Piovesan, Oscar Vilhena, pessoas que tinham saído para estudar direitos humanos, pessoas que eram defensores... acadêmicos dedicados à pesquisa sobre direitos humanos, para pensar o que precisava fazer no Brasil nessa área. Nós fizemos um plano de trabalho conjunto. Isso eu acho que foi em 2001, no final de 2001 ou em 2002. Em 2002. Porque aí o Paulo Sérgio Pinheiro foi ministro de Direitos Humanos, foi secretário nacional, no último ano do Fernando Henrique. E aí nós definimos quatro pontos principais, nessa discussão. Um era, realmente, abrir um edital, apoiado pela Fundação Ford, para ter mestrados em direitos humanos no Brasil. Nós fizemos em 2003. Outro era criar uma associação nacional de pesquisa e debate em direitos humanos, à semelhança da Anpocs, que foi criada... o Sérgio

Adorno foi o primeiro presidente, que é a Andhep, que já está indo para o seu quinto encontro anual. É uma associação interessante, multidisciplinar. Outro era apoiar mais a criação de núcleos e centros de direitos humanos em diferentes universidades. E o quarto item era apoiar mais publicações em jornais e tal. Então, tinha uma agenda mínima de como esse tema poderia crescer no ambiente acadêmico, no espaço. Hoje, têm cinco bons mestrados de direitos humanos no Brasil: um, na Universidade do Pará, é um mestrado e doutorado; a USP é um mestrado e doutorado; a Paraíba é um mestrado e doutorado; aqui no Espírito Santo, por enquanto, é um mestrado; e a UnB está abrindo outro; a UFRJ conseguiu uma aprovação para abrir e está trabalhando, tem que fazer concurso e tal. Então, tem um processo em expansão. E esses, especificamente no campo do direito, mas começa a ter... O da UFRJ vai ser interdisciplinar. Mas tem toda uma discussão com a Capes: “o direitos humanos é uma disciplina; não é...” Tudo que é uma...

L.L. – A construção do objeto e da instituição e da organização.

D.D. – Agora, têm coisas muito interessantes. Por exemplo, esse mestrado do Pará, eles estão indo para a quarta turma... quinta turma; metade dos alunos sempre são pessoas que vêm do Judiciário, juízes, promotores, defensores, delegados de polícia e tal, e a outra metade é gente de... advogados de ONGs ou pessoas que querem seguir a vida acadêmica. A primeira mulher indígena a concluir um mestrado em direito no Brasil é nesse mestrado do Pará. Então, vai estabelecendo padrões novos. O promotor que atuou no caso de Eldorado dos Carajás e que conseguiu condenar tinha sido aluno do mestrado. Então, tem uma alavanczinha que funciona a partir da formação acadêmica que eu acho muito relevante. Eu acho que despolitiza um pouco o tema, no bom sentido. Os direitos humanos podem passar a fazer parte de um arsenal, também, de instrumentos práticos: como aplicar a lei; como, em um caso complicado como Eldorado, como é que se interpreta o artigo tal, “bom, segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos”, ou não. A pessoa saber, poder mexer com isso, eu acho que faz diferença. A minha experiência pessoal em Essex, que era um curso muito exigente, também, no padrão do Cpdoc... Eu tive muita sorte, eu sempre tive professor hiper... que chegava na hora, que preparava a aula e dava a aula, sempre. E a gente via isso, eles não estavam brincando. Não era um “conversê” de direitos humanos. Não. Era: “Bom, isso tem alguma utilidade? Isso pode

melhorar a vida de alguém? Como? Aonde? O que tem que fazer?”. Uma certa dose de pragmatismo.

H.A. – Vamos falar um pouco da sua entrada na Fundação Ford. Quando você volta do mestrado na Inglaterra, então, você já vai direto para a Fundação Ford?

D.D. – Já.

H.A. – Como é que foi esse processo? Como é que foi a seleção? Você foi indicada?

D.D. – Não. A Fundação Ford publica um edital na *The Economist* cada vez que vaga um cargo em qualquer lugar do mundo, e esse edital na *The Economist* pode ser replicado no país em questão ou não, mas em geral é lá. Aí ele vai para todas as redes. Além disso, a Fundação sempre contrata um consultor ou uma consultora externa para buscar pessoas, ouvir referências etc. Quando saiu na *The Economist*, eu estava na Inglaterra. Foi em maio de 2000. Eu estava fazendo meu mestrado e os meus colegas me disseram: “Olha, Denise, no Brasil, raça e gênero, você devia aplicar”. Eu estava começando a elaborar minha dissertação e vivendo vida de estudante – eu morava em moradia estudantil, num quarto, aquela coisa, tudo tão diferente! Bom, apliquei. Mandei lá, fiz minha *application form*, mandei meu currículo e um dos meus trabalhos. E é sempre assim. É esse o processo da Fundação: eles publicam, recebem 200, 150, 180 *applications* em geral, para os postos, fazem uma triagem de currículos e dos textos que as pessoas mandam e chegam a uma lista de 20. Essas 20 pessoas são entrevistadas por telefone. E eu estava lá sentada, fazendo a minha dissertação, me liga uma moça: “Poderia falar com você?”. Eu nunca tinha sido entrevistada na minha vida. Aliás, nunca tinha procurado um emprego na minha vida. Eu tinha, toda a vida, feito essa... Bom, aquela moça me ligando, supergentil, “posso falar com você?”. Eu disse: “Pode”. De pijama. Aí era uma entrevista. Eu falei: “Ai, caramba! Me meti numa fria aqui!”. Mas, enfim, deu certo. Aí a gente conversou. E daí eles fazem uma *short list* de cinco e essa *short list* de pessoas é entrevistada num painel em Nova York. Isso foi... Eu mandei em maio [e isso foi] mais ou menos em julho, por aí, de 2000.

H.A. – Você estava na Inglaterra.

D.D. – Eu estava na Inglaterra. Aí eles me perguntam se eu poderia ir a Nova York para fazer a entrevista. Aí eu fui para Nova York. E era um painel interessante, porque é um painel com essa consultora externa e os diretores e alguns colegas da área e o representante no Brasil, que na época era o Nigel Brooke, que eu não conhecia... Eu tinha visto o Nigel uma vez, porque a Themis foi parceira, recebeu recursos da Fundação Ford de 1993 até eu sair.

H.A. – Ah, então, você já tinha um contato.

D.D. – Eu tive sorte. Às vezes, a gente tem sorte na vida. O ex-representante da Fundação, que era o Bradford Smith, tinha ido em um evento da Themis e eu tinha conhecido ele e tal e tinha uma boa relação com ele. Quando eu vinha ao Rio, às vezes eu ia ao escritório da Fundação. Enfim, a gente tinha uma boa relação. Depois, o Nigel, eu conheci uma vez, em um evento, muito rapidamente, em 1997 ou 1998. Então, eu conhecia o Nigel e conhecia o vice-presidente, conhecia bem o vice-presidente, que era o Brad, que falava bem português, é casado com uma brasileira e morou muitos anos no Brasil. O fato de ele ser o vice-presidente da Fundação Ford naquele momento era uma casualidade; podia ser qualquer pessoa. Então, esse painel escolhe duas pessoas e essas duas pessoas são entrevistadas pelo vice-presidente, que podia ser um americano, podia ser não sei quem, podia... Mas era o Brad, que eu conhecia de outros carnavais. Então, foi um processo interessante. Nós conversamos muito sobre o Brasil e... Isso foi em julho de 2000. Então, eu combinei que, quando acabasse o mestrado e entregasse a minha dissertação, que era em final de setembro, eu vinha para a Fundação Ford. Daí eu comecei dia 1º de outubro.

H.A. – Aí você se mudou para o Rio de Janeiro, então.

D.D. – Me mudei para o Rio de Janeiro, exatamente.

H.A. – Em 1º de outubro de 2000.

D.D. – Exatamente. E me mudei sozinha. Meu marido e meu filho ficaram morando em Porto Alegre e vinham.



H.A. – Então, o foco da área de direitos humanos na Fundação Ford já era essa questão de raça e gênero, não é?

D.D. – Já era essa questão de raça e gênero.

H.A. – E por que esse foco? Por que o foco da área de direitos humanos sempre foi nessas duas questões?

D.D. – Não sempre foi. A partir de um determinado momento, foi.

H.A. – Então, conta um pouco essa historinha dos direitos humanos. Na verdade, eu até gostaria que você contasse um pouco... Como você falou, os anos 1990 foram muito importantes para essa consolidação dos direitos humanos no Brasil, mas que você falasse um pouquinho, também, dos anos 1960, 1970 e 1980, tanto os direitos humanos no Brasil quanto a Fundação Ford nesse processo.

D.D. – Bom, a Fundação Ford abre um escritório no Brasil em 1962, em junho de 1962. Ela recebe a autorização para operar, começa a fazer as doações e abre o escritório. Em 1964 tem o golpe. Quer dizer, um ano e meio depois, tem o golpe. Obviamente, a Fundação tinha um projeto de apoio ao desenvolvimento econômico do Brasil naquele momento. Deixa só eu falar uma outra coisa da Fundação Ford antes, que eu aprendi durante esses anos. A Fundação Ford é criada pelo Henry Ford, como o Rockefeller cria a Fundação Rockefeller, o Carnegie cria, o MacArthur cria. Tinha um projeto, na minha opinião, da elite americana, que, ao enriquecer muito... essa primeira geração dos muito ricos americanos, que era de prover algum nível de assistência social aos seus funcionários, inclusive como forma de redução de tensões. Não tinha como eles enriquecerem tanto e manterem as pessoas sem nenhum direito laboral, sem... Então, as fundações... É uma geração de super-ricos e uma geração de fundações nos anos 1930 que cumpre um papel que depois, na Europa, o Estado de Bem-Estar Social vai cumprir e que nos Estados Unidos nunca tem. Então, eles realmente surgem para ocupar um certo lugar de um Estado de Bem-Estar Social, que não acontece nos Estados Unidos naquele mesmo modelo. No início, elas eram fundações voltadas para os funcionários da empresa, mesmo, e depois, para a comunidade. Então, o Ford tinha muitos programas, a Fundação, em Michigan, aonde

ela foi criada, e esse era o projeto original. O que é que acontece? Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a elite americana se repensa nesse sentido, também, não só como manter o seu crescimento industrial, a sua riqueza e resolver o problema do seu povo, mas qual o projeto que eles têm para o mundo. Então, a Fundação passa a ter uma perspectiva de cooperação internacional muito sólida. Eles vendem todos os papéis da empresa, transformam aquele dinheiro em um *endowment*, que é um fundo patrimonial, e passam a viver, a partir do final dos anos 1940, de forma independente da companhia, 100% independente da companhia, e por algum tempo, até os anos 1970, com representantes da família no *board*. Mas a partir dos anos 1970, eles decidem que nem isso. Hoje em dia, não pode comprar carro da Ford. Assim, foi se afastando. Fica com o nome e com o dinheiro, porque o dinheiro da Fundação Ford até hoje é o dinheiro do Ford. A Fundação Ford nunca recebeu um tostão de qualquer outra pessoa. Então, é aquele fundo patrimonial, que gera seus dividendos. Parte deles são distribuídos em doações e parte é reinvestido, e esse é o fundo que tem até hoje, que é o recurso da Fundação. Em 1948, a Fundação se muda para Nova York, para um prédio do lado das Nações Unidas – é do lado –, um prédio construído por um arquiteto na época famoso, progressista, que faz um prédio todo de vidro, transparente. Tem essa ideia da transparência, de uma fundação voltada para o mundo. E isso, anos 1950, a Fundação começa a abrir os escritórios: abre na Índia, abre na Indonésia e começa a abrir na América Latina em 1962. Então, obviamente, tem um projeto, naquele momento, um projeto americano para o mundo, ou do que a gente considera que é a melhor parte da elite americana, que é uma elite mais democrática e preocupada com o que está acontecendo no resto do mundo etc. Então, qual era a perspectiva para o Brasil naquele primeiro momento? Era uma perspectiva de desenvolvimento do país, mesmo. Mil novecentos e sessenta e dois, as reformas, o Jango... Podia dar em qualquer coisa, em qualquer lugar. Então, as primeiras grandes doações, se vocês viram, são para extensão rural, para a Universidade de Viçosa, para... Acho que tinha um tema polêmico que era o tema da revolução verde, que era investir na tecnologia no campo, em modernizar o campo e tal. Bom, fazia parte daquele contexto. O que é que acontece quando vem o golpe? A Fundação tem que se repensar um pouco, em o que era o seu projeto para a América Latina e, especificamente para o Brasil, como é que isso se localiza. E aí eu acho que, marcado pelo golpe de 1964, desde... o que poderia ter sido uma fundação mais tecnológica, mais de apoio à inovação aqui e ali, ela acaba criando um braço forte de direitos. Ela acaba criando, devido ao contexto, uma linha de atuação de defesa de direitos desde sempre. Então, em 1967, entra um *program officer* que se chama David

Trubek, que é professor da Universidade de Wisconsin. Ele era um jovem advogado e ele vai trabalhar naquele... e ele acaba definindo um pouco o que é feito nos anos 1960 e 1970. Porque ele, na dificuldade de fazer mais coisas, ele acaba apoiando uma geração de jovens advogados no Brasil a repensar o ensino do direito, entre os quais, o Joaquim Falcão, o Carlos Ari, o Dalmo Dallari. Então, o Trubek cria um programa de bolsas, aquela coisa hiper... que hoje a gente acharia hiper... Ainda se faz. Eu acho estranho, mas tem muita gente que faz, que é levar gente para estudar nos Estados Unidos, ver como é bacana lá e tal, o que poderia ser... Mas aquilo funcionava como um respiradouro para um ambiente muito fechado. Então, o Celso Mello, da Uerj... Aí que se cria o Ceped, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que vai ser um centro de pesquisa em direito, que é praticamente o primeiro a trabalhar com a ideia de fazer pesquisa. Então, a Fundação Ford cria esse caminhozinho. E isso vai, de um lado, marcar um pouco o legado da Fundação, que é essa ideia de bolsas individuais. Até hoje está marcado no imaginário de todo mundo, a Fundação associada ao programa de bolsas. Isso foi feito o tempo todo, desde o final dos anos 1960. E aí teve essa primeira entrada no debate sobre pesquisa de direito, e é nesse contexto do início dos anos 1970 que começa o apoio a um grupo da USP que inclui o Fernando Henrique, o Vilmar Faria, que já faleceu; que vai resultar na construção do Cebrap, mas não só, na construção também de espaços dentro do ambiente acadêmico para pesquisa em ciências sociais, em direito e ciências sociais, apoio à criação da Anpocs, da Anped, das associações de... Então, o apoio à pesquisa, à construção de conhecimento, ela foi associada a uma ideia de direitos. Era um pouco o espaço possível de liberdade de opinião, de direitos civis. Isso acontece em paralelo à experiência de eclosão, do surgimento de um forte movimento de direitos civis nos Estados Unidos e do movimento feminista, no mundo e nos Estados Unidos. Então, o *board* da Fundação, as pessoas que trabalham lá, elas bebem dessa fonte, do que acontece nos Estados Unidos, também. Então, a ideia de que raça e gênero é um tema importante, ela é influenciada fortemente pela experiência do movimento de direitos civis e do movimento feminista norte-americanos sobre a Fundação. Então, muitas das pessoas que vão trabalhar na Fundação são feministas, ou vieram do movimento negro, e isso, obviamente, impacta quais são seus interesses, quais são seus compromissos e como é que isso funciona em outros países. Então, quando começam os anos 1980, o final dos anos 1970 e os anos 1980, obviamente, essa experiência da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, ela arma, digamos, ela cria um conjunto de doações importantes lá – a Fundação ajuda a criar muitas das organizações que existem até hoje, a reforçá-las, a ampliar

– e fora. Bom, então, o Brasil, que é um país que tem uma forte influência africana, como é que estão as relações raciais? E aí há o primeiro estudo sobre relações raciais, no final dos anos 1970, com o Carlos Hasenbalg, que estava no IUPERJ. Foi uma doação para o IUPERJ. Até meados dos anos 1980, sempre no campo da pesquisa: teve doações para o Peter Fry e para a Yvonne Maggie, para um programa de bolsas que eles tiveram na UFRJ, que era mestrados sobre o tema de relações raciais no Brasil; teve recursos para a Candido Mendes, para o Ceaa da Candido Mendes, no início dos anos 1980. E aí começa a ter doação para os estudos de gênero: o programa da [Fundação] Carlos Chagas, com a Carmen Barroso e a Cristina Bruschini, que começa nos anos 1980, com a primeira... Acho que a doação é de 1984, por ali, 1983 ou 1984. Então, o que leva a dez, quinze anos de concurso sobre os estudos de gênero e à criação do núcleo. Aquilo foi muito importante. O programa da Carlos Chagas, na minha opinião, influenciou toda essa geração de núcleos de estudos de gênero que tem pelo país. Eu acho que é isso, eu acho que é um pouco uma onda, uma onda de movimentos sociais nos Estados Unidos que rebata na Fundação e que rebata, ou pelo menos que abre, dentro da Fundação, um interesse a pensar como seria isso nos outros países. Em alguns países, mais; em outros, menos.

H.A. – A Fundação Ford teve esse papel importante nas ciências sociais brasileiras. Isso foi importante também para o fortalecimento dos direitos humanos, essa formação desses cientistas sociais?

D.D. – Eu acho que tudo não acontece ao mesmo tempo. Uma coisa acontece primeiro; depois, outras acontecem depois. Isso é pura teoria política. Eu acho que tem uma geração de cientistas sociais, cientistas políticos, antropólogos etc., que recebe apoio da Fundação no final dos anos 1970 e nos anos 1980, e aí eu acho que o Núcleo de Estudos de Violência [NEV] é um exemplo muito importante de uma geração de cientistas sociais que vai fazer os primeiros estudos sobre o que são os direitos pós-ditadura, quais são os temas que sobrevivem à redemocratização como violação séria dos direitos humanos. Então, já em 1984, o Núcleo de Estudos de Violência da USP faz os primeiros estudos sobre a questão de violência policial. O Montoro ganha em São Paulo e eles têm uma enorme dificuldade de fazer qualquer reforma no sistema de segurança, então, isso, obviamente, aparece como uma herança do regime autoritário, com a qual é difícil lidar. Então, é no campo das ciências sociais que as primeiras reflexões sobre o que a gente poderia chamar de a persistência de violações dos direitos

humanos graves em ambiente democrático começa a ser pensada e trazida à tona. Isso tem muita importância para o que vem logo a seguir, que é um pouco a institucionalização dos direitos humanos como parte do marco legal brasileiro, que só vai acontecer nos anos 1990. Na verdade, quem ratifica as convenções internacionais de direitos humanos e os direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, que tinham entrado em vigor em 1968, é o Collor, em 1992. A gente goste ou não, foi ele que mandou a mensagem para o Congresso, dizendo: “Olha, os dois tratados mais importantes de direitos humanos não foram ratificados pelo Congresso Nacional brasileiro. Tem que fazer”. Claro, teve uma campanha em torno, teve todo um trabalho de... que envolvia o NEV e outras organizações.

L.L. – É interessante isso que você está falando porque, de um lado, essas primeiras lutas e primeiras demandas acontecem junto com a luta contra a ditadura. Bom, então, muito bem, a ditadura acabou. E...? Há uma suposição, como se, a partir dali, então, tudo ficasse democrático, na sociedade brasileira.

D.D. – Exatamente.

L.L. – E aí se reconhece que não era e nem é bem assim. Você tem os direitos políticos, eleições, tudo funcionando, entretanto, esses outros direitos todos... E você inclusive lida com campos que são difíceis, tanto o campo da advocacia, porque os advogados e os juízes etc. são muito cômicos do seu espaço, e o outro que é a violência, em que você está lidando com polícia e segurança. Eu não aguentei. Eu estava ficando quieta, mas eu tinha que falar aqui. Vou me calar.

D.D. – Não, não.

L.L. – Mas é... Porque são dois campos de um poder incrível na sociedade brasileira, historicamente, desde os tempos... E ao mesmo tempo, muito autoprotégidos. A coisa do direito é muito interessante, porque até o linguajar... Tem hora que você vê um contrato... Já assinou algum contrato que você fala assim: “Meu Deus! Eu tenho um doutorado, estudo história do Brasil e não estou entendendo o que está escrito aqui!”. Porque tem um linguajar que...

D.D. – Próprio.

L.L. – ...que é para não transparecer a apologia... Então, só estou reforçando a importância de tudo que você **está falando**. Calarei.

D.D. – E eu acho que você levanta uma coisa muito importante e sobre a qual a gente continua tendo que refletir, que é: na verdade, a transição da ditadura para a democracia tem todo um aspecto **de o que é**, foi um pacto de elites etc., mas ela foi muito vigorosa, com muito movimento social, com um forte movimento social de trabalhadores, com a campanha pelas Diretas Já. A gente pode não ter ganho naquele momento, mas colocar um milhão de pessoas na rua não é pouca coisa. Então, tinha um vigor na sociedade – a criação de novas organizações etc. – que leva ao processo constituinte. Então, as forças que apoiaram a ditadura, embora o Sarney fosse presidente e tal, elas foram um pouco minoritárias, no processo que leva ao estabelecimento da nova Constituição. Se fosse hoje, a gente não tinha esse conjunto de direitos que tem. Então, de certa forma, tinha um vigor na sociedade que leva até 1988, com a promulgação da Constituição, as forças democráticas etc., que é difícil sustentar no longo prazo e que impõe muitas derrotas posteriores no campo da implementação. Então, uma das coisas mais difíceis com as quais a gente está lidando no Brasil e lutando no Brasil é para pegar um artigo *x* da Constituição e implementar na prática, transformar em política, fazer que as decisões dos juízes sejam baseadas... Foram 20 anos aí. Eu acho que é nesse sentido também que... Por exemplo, quando o Brasil, no início dos anos 1990, ele passa a aderir a todos os pactos, à Convenção contra a Tortura, faz o Estatuto da Criança e do Adolescente... Eu me pergunto se hoje o Congresso Nacional faria uma lei tão progressista quanto, entende? Então, isso é muito paradoxal, porque a esperança é de que sai de uma ditadura, instaura uma ordem democrática muito positiva, muito forte – sem dúvida, é uma das melhores constituições do mundo –, e tem ainda uma onda que vai até 1993 e 1994, o *impeachment* do Collor e tal, e depois a gente começa a lutar para implementar coisas fundamentais, em governos de pessoas muito importantes na luta democrática, que foi o Fernando Henrique Cardoso e o Lula, ambos muito comprometidos com isso. No entanto, tem um rearranjo dessa elite parlamentar, de o que é o Congresso Nacional, de como é que isso funciona no Brasil, e um rearranjo econômico, de forças econômicas no Brasil que... Estão assassinando aí liderança... como assassinavam na ditadura, no mesmo padrão, e a gente não consegue... Está correndo atrás.

H.A. – São ciclos, não é?

D.D. – É. Não é um progresso linear. Não tem essa ideia do progresso linear. Ela funciona em ondas.

H.A. – Bom, voltando um pouquinho ao final da década de 1980 e voltando à Fundação Ford, pelo que a gente leu, pesquisou, teve um balanço do programa e uma mudança significativa das doações: menos para instituições acadêmicas e mais para ONGs. Foi isso?

D.D. – Eu acho que, durante os anos 1980... É um tema também de possibilidades e de contexto, porque não tinha como financiar ONGs nos anos 1970 e início... Era muito difícil. A Igreja progressista e os braços da Igreja progressista conseguiram apoiar as Comissões de Justiça e Paz, mas eram instituições da Igreja, mesmo. As paróquias tinham uma comissão, aonde tinha um padre... Então, o que tinha de infraestrutura, digamos, de sociedade para a defesa dos direitos humanos funcionava em torno desse setor mais progressista da Igreja Católica, a Teologia da Libertação. No final dos anos 1970 e nos 1980 é que começam a se criar as ONGs. O Ibase é desse período. E o grande *boom*, a grande explosão de criação de organizações se dá no processo constituinte, logo depois. Se a gente pensar, as organizações estão fazendo 18 anos, 20 anos. Eu sei porque a gente acompanha. Então, a Ação Educativa acabou de fazer 15 anos, o Geledés foi criado em 1988, fez 20 anos junto com a Constituição; o Ceert, que é um grupo que trabalha com relações raciais em São Paulo muito importante, foi criado em 1993; o Cfemea foi criado em 1989, que é um grupo feminista importante, o Gajop é criado no início dos anos 1980. Então, também é um momento em que essa sociedade se reorganiza e você tem uma nova geração de organizações. Isso coloca, para a Fundação Ford, a possibilidade de apoiar mais alguma coisa, além de estudos acadêmicos. Mas, por muito tempo, a doação... Até hoje as doações são muito divididas. É quase meio a meio. Eram 70% e 30% e depois, talvez, 50%. Até, pouco tempo atrás, há uns dois anos atrás, a gente chegou a fazer um... dar uma olhada de novo, era metade para universidades. Por quê? Porque os núcleos e os centros de estudos etc. que se criam nas universidades brasileiras são muito proativos e são muito conectados com os movimentos sociais. Então, às vezes, apoiar um centro de estudos ou um núcleo para alguma coisa específica tem um efeito de apoio a movimentos sociais em uma

determinada região fundamental. A gente apoiou a criação, na Universidade de Manaus, de um centro de cartografia social, que é um antropólogo, o Alfredo Wagner, que coordena. Então, é na Universidade de Manaus, mas a capacidade... Eles começaram a fazer mapas por toda a região amazônica. A capacidade de mobilização de associações de moradores e de uma certa divisão de recursos técnicos, também, de conhecimento é enorme. Uma ONG não teria essa capilaridade.

H.A. – Entendi.

D.D. – Então, não é... Quando se move, eu acho que se move em relação a apoiar um novo ativismo que surge, mas eu acho que não abandona o apoio à pesquisa.

H.A. – Bom, aí chegamos aos anos 1990, que eu acho que aí é um marco. Eu queria que você falasse um pouquinho do que mudou nessa nova década.

D.D. – Eu acho que o processo constituinte e a Constituição de 1988 e a criação dessas novas organizações, para a Fundação, representam uma oportunidade de apoiar mais movimentos sociais ligados à questão racial e de mulheres. Porque começa a ter uma nova geração de organizações negras e feministas, de um lado, então, isso cresce dentro da Fundação, e isso vai dominar os anos 1990 todos. Acho que tem, pelo menos, uns 15 anos de apoio sólido e sistemático às organizações feministas e negras. Acho que tem um tema que surge também que é exatamente como decorrência da Constituição e das leis orgânicas do município, que é a descentralização e a municipalização dos direitos. Então, durante os anos 1990, a Fundação vai apoiar muitos projetos que envolvem orçamento participativo, mobilização de conselheiros tutelares, participação em Conselho Municipal de Saúde, de Educação. Então, tinha toda uma municipalização de direitos no Brasil que aconteceu nos anos 1990, e a Fundação apoiou muito o debate em torno disso, a pesquisa e o ativismo. Isso foi muito interessante, também, de ver. Acho que tem uma outra área que, a partir de meados dos anos 1990, vai crescer que são os estudos sobre polícia. Porque aí a sociedade... Constituição, novas leis, mas não muda nada na polícia: é aquela polícia enrijecida, com aquelas mesmas práticas. Então, em 1996, eu acho, a Liz Leeds, a Elizabeth Leeds, que é uma *program officer* que trabalha na área de Governo e Sociedade, começa a apoiar o debate em torno de segurança pública, a pesquisa sobre



segurança... Apoia o NEV muito fortemente, o Núcleo de Estudos de Violência da USP; depois começa a apoiar, na Universidade Federal de Minas Gerais, o Crisp. Então, aí abre... Depois, apoia a criação do CESeC, aqui na Candido Mendes; apoia a criação do Fórum Nacional de Segurança [Pública]. Então, aí abre uma linha de trabalho que dizia respeito em como lidar com instituições que tinham ficado tão enrijecidas. Isso ela faz no Programa de Governo, e o Programa de Direitos Humanos e de Direitos e de Direitos Humanos, porque ele mudou de nome em 1997, ele fica apoiando, basicamente, organizações feministas e organizações antirracistas, até pelo menos o ano 2000. Era 50%, praticamente.

[FIM DO ARQUIVO I]

H.A. – Vou fazer uma pergunta ainda sobre esse universo mais amplo da atuação da Fundação Ford e das ONGs brasileiras para depois a gente entrar mais na questão do gênero e a questão da raça, mais especificamente. Qual foi a importância do começo da participação das ONGs brasileiras nos *summits* internacionais? Porque eu acho que teve esse momento também, desse amadurecimento.

D.D. – Bom, tem várias importâncias. Acho que teve uma importância para... Eram os anos 1990. O ciclo de conferências da ONU acontece nos anos 1990, que são os anos imediatamente depois dessa explosão de esperança da Constituição de 1988. Então, acho que as ONGs que se criavam naquele momento eram muito vigorosas, muito cheias de visão estratégica e tinham recursos. Porque não só a Fundação Ford operava no Brasil, mas outras fundações americanas operavam no Brasil. A MacArthur é um exemplo, mas outras fundações. E a cooperação europeia, que foi responsável por muitas doações, por uma quantidade de recursos muito significativos para as organizações da sociedade civil brasileira, ela investe fortemente no Brasil nesse momento do processo de redemocratização, de um lado, via as organizações ligadas às Igrejas progressistas européias, mas não só. Há a cooperação holandesa, há a cooperação alemã, há a cooperação nórdica, a francesa, a espanhola. Tinham muitos recursos para as organizações existirem, de um lado, e de outro, terem um certo protagonismo internacional. É nesse momento, também, que o Estado brasileiro começa a injetar recursos nas organizações. Talvez, um marco significativo disso seja, ainda no governo Collor, a criação do Programa Nacional de Aids. O governo recebe um caminhão de dinheiro das agências das

Nações Unidas que lidavam com esses temas, da Organização Mundial de Saúde, da Organização Interamericana de Saúde, também, e do Departamento de Estado norte-americano. Tem uma grande doação da Usaid. E aí tem toda uma nova geração de ONGs Aids que estavam se criando no final dos anos 1980, os Gapa's, o Gapa São Paulo, o Gapa Bahia, o Gapa do Rio Grande do Sul e outros; a Abia, aqui, que... Então tem, de um lado, o Estado brasileiro começando a criar mecanismos de doação de recursos para ONGs, via as agências das Nações Unidas ou via seus próprios programas, e de outro, tem uma injeção de recursos da cooperação europeia e americana e tem esse momento do mundo de fazer as conferências. E as organizações brasileiras estavam relativamente bem equipadas, digamos assim, em comparação com outras organizações, inclusive latino-americanas. A Argentina tinha saído mais recentemente da sua ditadura; o Chile também. Então, o Brasil tinha uma vantagem, digamos, histórica ali, que era de ter organizações num momento interessante, e tinha uma vantagem em relação a outros países que se democratizavam, como a África do Sul ou outros países... A América Central viveu um momento muito complicado nos anos 1990. Então, acaba que tem uma importância, para as próprias conferências, ter um grupo de organizações brasileiras que tinham vivido a experiência recente de redemocratização, de uma nova Constituição etc. Então, levar essa experiência para o mundo era importante para o mundo. E isso acaba tendo uma importância para as organizações que participam desses processos, porque elas deixam de ser tão autorreferentes, tão insulares e elas começam a se dar conta que o que elas fazem no Brasil... ou que tem favela no Quênia e que os problemas do Brasil não são só do Brasil nem são os maiores do mundo. Eu acho que isso cria um certo nível de sofisticação analítica. Para as organizações, eu acho que é importante sair um pouco daquela questão de voltados para si mesmos. As pessoas têm que aprender inglês, porque, enfim, têm que se comunicar com outras pessoas em outros lugares do mundo; ou espanhol. Então, rompe um certo provincianismo de como lidar com... E aí eu acho que é importante para as organizações e para as lideranças. Tem um conjunto de vantagens. Eu participei muito da Conferência de Viena, mas muito intensamente da Conferência de Pequim, de Beijing, a Conferência da Mulher. Fui para Pequim, fiquei um mês na China. E acho que isso muda, sim, a perspectiva dos indivíduos que vivem essas experiências das organizações... E, objetivamente, também nos ajudou a construir um marco programático internacional. Então, por muitos anos se fez referências à Plataforma de Ação de Viena. A Plataforma de Ação de Viena, até porque não teve outra Conferência de Direitos Humanos – nem terá tão cedo, eu

acho –, ela funciona até hoje como o programa da ONU para direitos humanos. É dali que se cria o Alto Comissariado de Direitos Humanos em Genebra, é dali que sai a ideia de que os países têm que ter Planos Nacionais de Direitos Humanos, que tem que ter uma Comissão Nacional de Direitos Humanos, pelo menos. Então, ela funciona como uma referência programática para o que os governos têm que fazer. A Conferência do Cairo, que era sobre população e desenvolvimento, até hoje, no debate sobre aborto, programas de saúde, dizem: “Mas conforme o artigo tal da Plataforma de Ação do Cairo, a Plataforma da...”. Isso vai indo bem até Durban. Já a Conferência de Durban, que acontece...

H.A. – Que foi no ano...?

D.D. – Em 2001, na África do Sul, que era a Conferência de Racismo, sobre intolerância racial, xenofobia e formas correlatas de discriminação. Ela já acontece num momento diferente, porque o progresso linear já demonstrou que não ia rolar. Já no governo Bush... A Conferência da Mulher, que aconteceu durante o governo Clinton, ganhou dos Estados Unidos, do Departamento de Estado norte-americano, alguma coisa como 50 milhões de dólares, para o mundo todo. Era muito dinheiro. A Conferência do Racismo, que já foi durante o governo Bush, acho que o Departamento de Estado deu 800 mil dólares. Mal pagava as despesas da própria delegação. Então, primeiro, alguns dos países importantes do mundo estavam menos engajados e comprometidos com uma ideia de cooperação internacional e menos ainda com este tema específico, e tinha um conflito sério dentro da conferência, que era o conflito que envolvia a Palestina e Israel. Porque o movimento pela Palestina Livre, o debate em torno do Oriente Médio ocupou uma boa parte dos debates preparatórios da Conferência sobre o Racismo, porque eles diziam que o tema Israel-Palestina era um tema de racismo e xenofobia, basicamente. E aí se criou um ambiente muito tenso no Fórum de ONGs. A conferência aconteceu na África do Sul, que era para celebrar o fim do *apartheid* etc., cinco anos depois, ainda no governo Mandela, mas pega uma sociedade civil superdespreparada para organizar uma conferência internacional. Teve milhões de problemas logísticos, que têm implicações políticas. Porque, por exemplo, se o documento final não fica pronto e não é circulado, as pessoas usam o documento anterior, que aí tinha um negócio que já tinha sido tirado, e tinha sido tirado exatamente porque era errado politicamente. Então, foi um caldo de confusões práticas e políticas que resultou num desastre absoluto, que foi o fato de que a delegação de

Israel se retira da conferência. Aí a delegação americana acompanha a saída da delegação de Israel. E isso aconteceu na segunda-feira, 10 de setembro de 2001. E aí, no dia seguinte, acontece o 11 de Setembro e aí a Mary Robinson cai, que era a alta comissária de Direitos Humanos. Os Estados Unidos tiram todo o apoio. Então, tem uma Plataforma de Ação de Durban que, finalmente, não foi 100% aprovada porque a delegação americana... E aí outras delegações... É uma confusão fenomenal. Então, esse ciclo de conferências... Agora, para as organizações brasileiras que foram para Durban, ela foi muito importante, porque algumas dessas organizações, como o Geledés, que é o Instituto da Mulher Negra, tinham tido a experiência de Pequim, mas o movimento negro brasileiro não tinha tido a experiência de se internacionalizar, e o movimento negro brasileiro inteirinho estava em Durban, toda a liderança. Isso eu posso falar porque eu acompanhei muito. Eu já estava na Fundação e a gente apoiou muito. Então, para as organizações, foi importante. Para o governo brasileiro e para a sociedade brasileira, foi crucial, porque tanto as organizações quanto o governo, que, naquele momento, era o governo Fernando Henrique, eles tomaram em sério as decisões da plataforma e começaram a implementar programas de ação afirmativa, mudanças aqui, mudanças lá. Então, para o Brasil, talvez seja... Para a América Latina em geral, outros países também: para a Argentina, para o Uruguai, para o Peru, para a Colômbia foi importante. Essa conferência, que é mundialmente um desastre, tem um impacto positivo nos nossos países. No Brasil, certamente.

L.L. – Duas coisinhas também, pontuais. Você comentou a relação do apoio do governo americano a determinados momentos dessas conferências. A Fundação Ford também não se beneficiou, quando o governo Jimmy Carter...? Vamos dizer assim, o suporte aos grupos que resistiam à ditadura. Também teve esse apoio, não é?

D.D. – Tem.

L.L. – Então, é uma correlação, vamos dizer assim, da política da própria instituição e o governo norte-americano e da instituição aqui e do governo brasileiro.

D.D. – Tem uma conexão, ainda mais se a gente olha de uma forma mais longeva. São 50 anos. Obviamente que, em 1977, o governo Carter possibilita que a Fundação Ford, nos Estados

Unidos, apoie mais fortemente a luta pelos direitos humanos na América Latina, sem dúvida. Ele dá uma carta branca: vão em frente. Como o governo Clinton. Com o governo Bush, ao contrário. O que o governo Bush faz? Como a Fundação apoiou fortemente a Conferência de Durban, deu mais recursos que o Departamento de Estado norte-americano, tem um grupo de parlamentares etc., tem toda uma articulação que se cria nos Estados Unidos... Não sei se a gente poderia dizer de direita, porque as nuances são muito... Não era nem 100% republicana; inclusive juntava alguns parlamentares democratas. Eles questionam se a Fundação não estava usando seus recursos para defender interesses antiamericanos e abrem, no Congresso americano, algo que poderia levar a uma CPI. Eles abrem um processo de auditoria na Fundação intenso. Durante os anos 2002, 2003, 2004 e 2005, tem um auditor permanente. Eles revisam todas as doações que a gente fez para a Conferência de Durban. E aí, uma vez, o Brad – o Brad ainda era vice-presidente – me mandou um fax... Me ligou e disse: “Denise, eu vou te mandar um fax”. Era uma foto de um ativista negro brasileiro com um cartaz escrito “Fora Israel”. Ele disse: “Quem é esse indivíduo?”. Ele estava lá com dinheiro da Fundação Ford. [risos]

H.A. – Caramba!

L.L. – “Estamos financiando isto aí?!”

D.D. – Eu falei: “Ai, Brad!. Bom, vamos lá”. Mas aí tivemos a sorte que... Não, no fim, não tinha ido com dinheiro da Fundação Ford. Até eu sabia quem era a pessoa. Quando eu vi, eu digo: “Não, graças a Deus, esse não foi”.

L.L. – “Graças a Deus, escapou.”

D.D. – Mas a Fundação apoiou, sei lá, umas 80 pessoas para ir. Qualquer uma... Não sei se qualquer um iria, mas, enfim, no calor lá, com os colegas, podia ter acontecido alguma coisa desagradável. Agora, a Susan Berresford, que era a presidente da Fundação, ela foi chamada a depor no Congresso. Ela disse que foi a pior situação da vida dela, que foi superconstrangedor. Porque, efetivamente, as fundações americanas têm recursos próprios, mas elas gozam de um benefício fiscal que é uma isenção de impostos, porque são *non-profit*, são não lucrativas,

então, elas respondem a um conjunto de regulamentos. De certa forma, é dinheiro público. Porque é um dinheiro de benefício fiscal, é um dinheiro que elas... Não é só dinheiro privado.

L.L. – É, o governo americano tem alguma ingerência sobre...

D.D. – Exatamente. Então, obviamente, a relação da Fundação com os governos não é direta... Teve momentos em que ela foi mais direta, ou pelo menos teve mais tentativa de ingerência do governo sobre a Fundação, e teve momentos em que o governo fechou o cerco: “O que vocês estão fazendo? Como é que vocês estão usando o dinheiro?”. Então, todo o tempo, a gente reporta... Todas as doações ficam arquivadas na Fundação Ford, porque a qualquer momento o IRS, que é a agência do Imposto de Renda, pode vir e auditar qualquer doação que a gente faça. Então, é muito importante que... Então, tem essa... Obviamente tem. Dependendo do governo, a Fundação tem um pouco mais de liberdade para agir ou menos.

L.L. – E outra coisa que eu ia perguntar, que eu acho que tem, você já falou isso, no caso da relação com o governo brasileiro... Aliás, é interessante, você citou, em dois momentos da entrevista, benefícios acontecidos durante o governo Collor. [riso] Eu estou rindo, mas é verdade. É interessante.

D.D. – É interessante.

L.L. – Agora, de outro lado, se se comenta, mais na comunidade acadêmica, do papel de Ruth Cardoso, tanto nessa coisa do movimento feminista, da questão racial e, ao mesmo tempo, a primeira-dama, que ela odiava ser chamada, enquanto primeira-dama, mas, vamos dizer assim, facilitando também as relações dessas ONGs e instituições com... Não sei, se você quiser falar sobre isso ou não, ou qualificar isso melhor, porque eu estou falando em geral.

D.D. – Posso. Acho que você levanta um tema importante. Eu fui do Comunidade Solidária, então, eu conheci muito a dra. Ruth. Eu convivi com ela naquele ambiente profissional. Eu acho que a dra. Ruth percebeu, em 1994 e 1995, isso que depois acaba se consolidando, que é: tem uma nova geração de organizações, têm esses recursos internacionais, mas tem muito recurso público no Brasil. E ela ajuda a pensar um novo marco legal para isso, inclusive. A lei

que a gente tem até hoje em vigor sobre Oscip's e sobre a relação entre organizações da sociedade e os estados é a lei que foi produzida, digamos, um pouco por influência da dra. Ruth. Então, acho que a dra. Ruth tem um papel importante, porque ela vem dos estudos de gênero, ela era uma feminista, ele entendia a existência de uma sociedade civil organizada, o que é uma ONG. Não é todo mundo que entende, não é? Muita gente está no governo e nunca passou por isso; o mais próximo que chegou do movimento social é sindicato. E uma ONG... As organizações são muito diferentes do sindicato. Então, acho que a dra. Ruth tinha essa capacidade de entender qual era a dinâmica das relações e trazer esse debate da relação entre o Estado e a sociedade, como que isso podia ser regulado ou não. Isso é, de um lado, na minha opinião... Se cria o marco legal que a gente tem até hoje, então, ele avançou, mas ele também cria muitas armadilhas. Porque conforme o Estado vai se reformando, de uma forma genérica, para o bem... Por exemplo, em 2005, se cria no Brasil a Super-Receita, que é uma base de dados que combina as informações que se dá para a Receita Federal, o Imposto de Renda de Pessoa Física e Jurídica, com a contribuição previdenciária. Isso está acabando com a vida das organizações. Por quê? Porque na ausência de recursos, o que as organizações fazem? Contratam pessoas como autônomas. No entanto, pagam à Previdência como se a pessoa fosse funcionária, porque é uma forma de manter um benefício e sem precisar... Agora, no momento que a pessoa vai declarar Imposto de Renda e diz uma coisa e a Previdência mostra outra, a Receita, essa Super-Receita, põe na malha fina um conjunto de organizações que... Isso aconteceu a partir de 2005. E, obviamente, em 1995, a dra. Ruth não imaginou que isso poderia acontecer. Então, quando cria a lei que vai regular a relação entre fundos públicos e Estado e, depois, dez anos depois, o Estado é reformado, para o bem, num outro sentido, porque aí, quanto mais transparente... Bom, obviamente, a Super-Receita não pensou em pegar ONGs, não era o objetivo deles – aliás, acho que nem estava no horizonte –, mas acaba que toda organização que recebe recursos públicos e que, com esses recursos públicos, não pode pagar impostos, porque não pode, está no contrato, vai pagar impostos como? Então, eu acho que a dra. Ruth Cardoso foi visionária, ao pensar que o Brasil se movimentava em direção a uma outra relação Estado e sociedade, que sociedade era essa, como é que isso podia ser pensado e tal. Que não teve segmento. Porque se tivesse tido segmento... Agora, a Secretaria Geral de Governo, com o Gilberto Carvalho, sentou com a Associação Brasileira de ONGs [Abong] etc., dizendo: “Bom, temos um problema no marco legal. Reconhecemos. Vamos rever”. Porque a Abong fez um conjunto de estudos mostrando que o padrão é inviável. Porque o que vai

acontecer é que vai quebrar todo mundo. Está todo mundo devendo para a Receita, as organizações estão com dívidas enormes, não têm como pagar, não têm como receber recursos de fundos públicos porque têm dívida e não têm recurso privado porque não tem recurso privado...

H.A. – Vira uma bola de neve.

D.D. – Está uma confusão. Então, eu acho que aquilo que ela propôs em 1995, agora, ele tem que ser atualizado.

L.L. – Tem que ser revisto.

D.D. – Mas acho que sim, acho que o fato de ter uma primeira-dama que era feminista e que vinha do movimento social tinha um impacto no imaginário muito...

L.L. – Facilitaria, certamente, esse contato todo, não é?

D.D. – Todo.

H.A. – Entrando nessa questão de direitos das mulheres, a questão do gênero, a gente leu seu memorando de 2003 e eu acho que é ali que você fala que tem um paradoxo no movimento de direitos das mulheres, que é muito organizado, mas não consegue melhorar a coisa pragmática que você diz, a teoria e a prática. Estão bem organizados, estão bem estruturados, têm bons objetivos, mas, na prática, os níveis de violência doméstica, estupro, homicídios baseados em defesa de honra são muito altos, ainda. Conta um pouquinho... E como é que está isso? Bom, isso a gente leu no seu memorando de 2003. Estou imaginando também que, de 2003 para cá, muita coisa aconteceu.

D.D. – Eu acho que a gente vive esse paradoxo. Se eu estou no papel de ativista em uma organização, como eu estive quando eu estava na Themis, eu posso pensar: “O Brasil é esse festival de problemas. Não tem como lidar com todos. Eu vou pegar esse aqui e me dedicar”. Não é possível fazer isso sendo *program officer* da Fundação Ford. Eu não posso dizer: “Têm



500 problemas. É dos outros. Eu vou lidar com um pequenino”, porque esse lugar é um lugar diferente, é o lugar de estar numa fundação que doa para o Brasil etc., num ambiente que tem poucas fundações. Não é um ambiente de profusão de recursos; é um ambiente de escassez de recursos e exige que a gente consiga enxergar o amplo leque de questões e ser um pouco cirúrgica. Obviamente, não tem como lidar com todas, mas não pode ignorá-las. Tem que saber... “Olha, nós vamos doar nessa área, e não nessa, por essas razões, ou por isso, ou por aquilo”. Então, é isso que eu falava no início, navegar nesse mar é muito difícil. E quando eu entrei na Fundação, o Programa de Direitos Humanos era, basicamente, um programa que apoiava grupos de mulheres e grupos de luta antirracista, não necessariamente para fazer direitos humanos ou para ter uma agenda de direitos humanos. Então, esse foi o primeiro paradoxo. Eu sou meio clássica: fiz direito... Então, direitos é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Vamos esclarecer aqui do que se trata. Porque era um programa que apoiava pesquisa em ciências sociais, que podia ser vinculada ao tema de direitos, mas podia não ser; apoiava o debate em torno das questões de relações de gênero, desde estudo sobre literatura, que eu adoro, acho fascinante, mas isso não está no escopo de um Programa de Direitos Humanos; grupos de luta antirracista que a última coisa que faziam era qualquer tipo... que faziam mobilização comunitária. Mobilização comunitária é importante? Superimportante. É uma agenda de direitos humanos? Pode ser. Mas pode não ser. Então, tinha um festival de diferentes estratégias, diferentes temas que foram se compondo. Porque não era um Programa de Direitos Humanos. Ele começa a ser definido como tal em 1998, numa reforma interna. Ele era um Programa de Justiça Social. Aí são conceitos distintos. Aí, abre-se um debate sobre o que são direitos humanos, então. E aí, obviamente, têm de novo muitas opções conceituais a escolher. A que eu escolhi... Eu disse: “Bom, aqui a gente tem um marco ético e jurídico de um conjunto de direitos que são considerados fundamentais, que estão escritos na Declaração, que têm como consequência os pactos, e uma agenda de direitos humanos é a agenda que gira em torno disso”. Extensão rural pode ser um programa de direitos humanos? Pode ser. Mas, certamente, a defesa do direito a não ser preso e torturado etc. é mais, obviamente, uma agenda de direitos humanos. Então, eu tentei criar um... E eu digo no meu memorando: meu marco é a Declaração Universal de Direitos Humanos. É um documento que nós temos, minimamente consensual, histórico, que pode ser mudado no futuro, mas... Isso de um lado, em termos de que temas. Eu pensei que não seria justo hierarquizar temas. Eu não tenho como decidir que a tortura é mais importante do que a violência sexual ou que isso é mais importante que a liberdade de opinião. Não tem

hierarquia de direitos. Todos são igualmente importantes. Como é que a gente lida com eles? Isso de um lado. De outro lado... Aqui, falando então sobre o que eram os temas, os conceitos, a questão programática. De outro lado, era a questão de estratégias. Um Programa de Direitos Humanos pode incluir como estratégia ter uma horta comunitária? Pode. Mas, digamos, é bem elástico. Eu acho que, com poucos recursos e com pouco tempo, o ideal é a gente ser um pouco mais concentrado em estratégias que dialoguem umas com as outras e tal. O que seriam estratégias de direitos humanos? Eu acho que a defesa de direitos é uma delas. É fornecer às pessoas, a todas as pessoas, as possibilidades de recorrer a alguém em algum lugar para defender seu direito. Isso tem que ter. Esse alguém pode ser uma organização, pode ser um órgão público, mas isso é um mínimo de arsenal de direitos necessário. Se acontece alguma coisa contigo, comigo, com ele ou com alguém na rua, com um mendigo, que essa pessoa saiba mais ou menos o que está certo e o que está errado e a quem ele recorre. Bom, isso é um programa de defesa de direitos.

L.L. – É difícil no Brasil. Essa coisa que você está falando não é uma trivialidade.

D.D. – Não é. Não é que as pessoas saibam os seus direitos, saibam aonde ir e, quando vão, encontrem o lugar que elas estão procurando. Isso tudo não existe. Em não existindo isso, fazer muitas outras coisas me parecia pouco... Tudo bem, podemos fazer, mas vai ser difícil a gente pensar em algum avanço comum, em alguma mudança... Então, eu concentrei um pouco. E imagino que eu arrecadei uma lista de desafios. Mas eu achei que isso era, estrategicamente, mais interessante. Como é que entra o movimento de mulheres nisso? O movimento de mulheres é um movimento estruturado, forte, superimportante, que tem um impacto na história do Brasil muito relevante. O movimento feminista ajudou a mudar as leis de família, que movimentam o cotidiano da vida das pessoas, em duas décadas. E isso não é pouca coisa. Há muito pouco tempo atrás, uma mãe solteira não podia registrar seu filho; a união estável não garantia nenhum direito. Teve um impacto, mesmo, em milhões de pessoas. E eu acho que isso é muito relevante. E também, talvez por causa disso, eu acho que é um movimento... A maioria das organizações é muito focada em pensar a política pública, em dialogar com os governos. Então, temos as leis, vamos implementá-las. O que faz sentido. Mas boa parte, 90% das ações dos grupos é voltada em negociar com a secretaria de não sei quem, com o governo de não sei quem e, às vezes, menos em pensar como é que organiza, digamos, o acesso e a defesa dos

direitos. Então, aí foi um primeiro momento de discussão e tensão com algumas organizações. Eu me lembro de dizer: “O Estado não é o único ator político do Brasil; vocês têm que dialogar com a mídia, vocês têm que dialogar com a sociedade. Vai ter um momento em que a gente vai perder essa batalha. Então, como é que a gente pode voltar a ter projetos que recebam mulheres vítimas de violência? Quem é que está falando com essas mulheres que estão...? Só o Estado. São só as delegacias. Não tem uma ONG feminista que tenha um plantão jurídico, ou um plantão de serviço social”. Então, esse foi o tom do meu debate. Batalha empatada no zero a zero, mesmo, porque nem eu consegui mover nem mudei de ideia.

H.A. – Mas nesse diálogo com as ONGs, como não ser visto como uma intervenção quase?

D.D. – Ah, porque há um diálogo. No final, se elas disserem... “Não, mas nós vamos fazer um projeto só para negociar com a delegacia”, eu falei: “Está bem”. Achei que usar o poder do dinheiro era muito feio, era golpe baixo. [risos]

L.L. – Eu estava esperando assim: “Está bem, façam”. Só não receberam o dinheiro.

D.D. – Não, eu achei que era golpe baixo, era canelada, abaixo da cintura. [risos]

L.L. – Essa estratégia que você foi pensando e definindo, você fazia isso dentro da Fundação Ford ou você, enquanto a responsável por um programa...? Quer dizer, o quanto o responsável tem autonomia, o quanto é...?

D.D. – Acho que tem duas coisas. Uma coisa: eu não pensei especificamente sobre o movimento feminista. Quando eu entrei na Fundação, eu pensei: “Bom, estamos, nesse momento, com 15 anos de democracia, o que...?”. O que tinha de novo? O que tinha de novo era que, nos anos 1990, tinha ratificado as convenções, tinha criado a Secretaria Nacional, tinha plano, tinha não sei o quê. Isso era uma novidade e era uma oportunidade. Tinha um mínimo de infraestrutura política, com lei, com instituições e tal. Por outro lado, tinha uma ausência, na minha opinião, de um debate mais laico sobre o conceito de direitos humanos. Por isso que, no meu memorando, e mesmo depois, a questão de raça e gênero aparece como um tema importante para os direitos humanos no Brasil e um pouco apartado, porque a história anterior

dos direitos humanos era muito ligada a um setor muito progressista da Igreja Católica, que foi muito importante etc. nas lutas democráticas, mas que não incorporava os temas de desigualdade entre as mulheres ou os temas que envolviam a Aids ou os temas... Esses eram temas que se constituíram, no Brasil, por fora da agenda de direitos humanos, por questões... E um outro setor que foi muito importante na luta pelos direitos humanos no Brasil, que era um setor de esquerda marxista, achava que, também, o tema era a luta de classes. Então, a questão racial não encontrava abrigo nas organizações de direitos humanos, também. Então, o movimento, no Brasil, ele se cria com... Como em geral na América Latina. Isso aconteceu nos outros países, com essa mesma dinâmica. Então, eu achava que era possível repensar ou reinventar um movimento de direitos humanos moderno no Brasil, mais moderno, contemporâneo, que fosse laico, que incorporasse as dimensões de discriminações institucionais. Que as organizações de direitos humanos tivessem, na sua agenda, a relação com o Estado e com as instituições de segurança etc, que é essa agenda clássica das organizações, mas que elas pudessem lidar com os temas que envolviam o que são o conjunto de discriminações persistentes no Brasil e que levam a homicídio, violência etc. Então, o fato de que se mata jovem negro no Brasil numa proporção absurda, isso é um tema de violação de direitos humanos, porque há uma combinação de um poder abusivo do Estado com a existência de discriminação institucional. De alguma forma, é um fenômeno de violação de direitos humanos, presente em outros contextos da história, de outro jeito, mas que fazia essa combinação violência de Estado e discriminação e que isso acontecia no Brasil. O padrão sistemático de violência contra a mulher, a mesma coisa: o Estado faz alguma coisa; não o suficiente para acabar com isso. Porque têm outros países no mundo que conseguiram diminuir muito a violência: a Espanha. Não vou nem falar da Noruega; vou falar da Espanha. Então, é possível? É possível. O que está faltando? Qual foi a dificuldade? Então, isso era o que eu pensava para o Programa de Direitos Humanos, que a gente tinha que ajudar a criar essa nova geração de organizações de direitos humanos, que incluía organizações que vinham do movimento antirracista, que eram feministas e que eram novas organizações de direitos humanos, e que tivessem também, como uma de suas características, que eu acho que era outra herança dos anos 1990, essa ideia do internacional e que se posicionassem tanto no cenário internacional de direitos humanos e do movimento feminista e tal – a participação de fóruns, fossem às instâncias das Nações Unidas em Genebra e Nova York etc. – como trouxessem do ambiente internacional de direitos humanos as medidas de proteção ao Brasil: que

conseguissem convidar relatores especiais da ONU para vir ao Brasil, que litigassem na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte, como foi o caso da Maria da Penha, contra o Brasil, em casos em que o Estado não se movia. Que a gente pudesse usar esse arsenal, esse *kit* de instrumentos e de mecanismos que a estrutura de direitos humanos proporciona a favor de um diálogo com o Estado, num outro nível. Belo Monte é um bom exemplo disso. As organizações vêm negociando com o governo há anos. “Não queremos, não queremos.” O que elas fizeram? Entraram com um caso na Comissão Interamericana. O que eles fizeram? Mandaram dizer para o governo brasileiro: “Parem e escutem o que a sociedade de vocês está dizendo. Vocês têm que fazer isso. Vocês ratificaram a Convenção da OIT 169 que diz que vocês fazer as audiências públicas com as comunidades indígenas atingidas. Vocês não fizeram. Vocês têm que fazer”. Bom, o governo teve um chique. Foi totalmente descabido. Não vou fazer um juízo... Mas eu adorei. Todo mundo que fez isso é financiado pela Fundação Ford. Eu acho que é um bom exemplo. É uma coalizão de organizações sendo financiada pela Fundação Ford. [riso] Eu e o Aurélio dissemos: “Puxa! Deu certo essa. Finalmente, serviu para alguma coisa, esse negócio”.

L.L. – O governo brasileiro vai expulsar a Fundação Ford do Brasil.

D.D. – Essa parte, a gente não publica. [risos]

H.A. – É editada.

D.D. – Mas, então, essa era um pouco a minha ambição, a visão etc.

H.A. – E quanto disso você acha que foi...?

D.D. – Não se localizava especificamente num ou noutro grupo. Quanto disso foi possível fazer? O que eu acho que foi possível fazer? Eu acho que foi possível fazer essa... apoiar essa nova geração de ONGs de direitos humanos. Hoje, tem Justiça Global; tem a Conectas, em São Paulo, tem o Programa Internacional do Gajop, o DH Internacional; tem o Programa Internacional da SDDH, da Sociedade Paraense de [Defesa dos] Direitos Humanos; tem uma organização chamada Terra de Direitos, que **[inaudível]** contra a Monsanto, Syngenta etc., que

é mais relacionada às transnacionais. Então, acho que tem uma nova geração de organizações e pessoas que se repositonaram, que tem todo um discurso do sul, também, da cooperação sul-sul, de como influenciar as organizações do norte, que tem uma crítica à [inaudível], como fazer direitos humanos internacionais sem ser colonialista, como repensar tudo isso, como mudar a atuação no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Então, acho que esse é um movimento muito interessante e que desperta muita atenção de doadores que não são doadores tradicionais no Brasil. Eu recebo, toda semana, um e-mailzinho de um *program officer* de uma fundação... “Ah, você conhece uma organização chamada Conectas, eu vi que vocês apoiam. A gente está pensando em dar uma pequena doação para eles fazerem uma capacitação com um grupo de lá do Congo, o que você acha?”. “Está [bem], eu converso com os caras.” “Vocês conhecem uma organização... Eu sei que vocês apoiam a Terra de Direitos. Eles estão nesse trabalho com a Monsanto, eles são...” Cada ação contra a Monsanto que eles fazem, a Monsanto faz 15 contra eles, com os melhores advogados do país. Eu chego a ter pena. Bom, então, eu acho que isso começa a... Isso funcionou. E acho que nesse processo teve a criação do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que foi muito importante para pensar esse novo movimento de direitos humanos no Brasil. O diálogo sobre a questão das discriminações de raça e gênero, com essa agenda de direitos humanos, ele é mais complicado. De um lado, acho que essas organizações de direitos humanos têm um certo receio de entrar em um tema que não é o seu tema de *expertise* e ofender as organizações negras ou feministas etc. Então, tem uma certa retranca. Em alguns casos, isso foi possível mexer. Por exemplo, no caso de ação afirmativa, são as organizações de direitos humanos que articulam os *amicus curiae*, o que o movimento negro chama de as organizações brancas, numa boa. Foi muito importante ter brancos na audiência pública do Supremo Tribunal Federal defendendo ações afirmativas. Tem um impacto em que esse não é um tema corporativo, em que esse é um tema de sociedade, que envolve a diversidade etc. Teve um professor da PUC de São Paulo, que agora é o diretor do direito da FGV, o Oscar Vilhena, que foi diretor da Conectas, e a Conectas tinha... Ele disse: “Olha, eu estudei direito na PUC” – ele entrou em 1984, na universidade –, “e desde então, eu passei a dar aula na PUC de São Paulo, no direito. Em 20 anos que eu frequento a PUC de São Paulo, eu só tive cinco colegas negros, que eram bolsistas angolanos. Então, eu não quero isso para as minhas filhas. Eu quero que elas vivam num ambiente mais diverso etc.”. Bom, esse é um tipo... Porque o movimento negro critica, com razão, que, na África do Sul, a luta contra o *apartheid* mobilizou setores das elites intelectuais brancas etc. e que, no Brasil, a luta contra o

racismo é mais complicada, nesse sentido. Então, aí, neste caso, tem... Mas eu acho que, de outro lado, as organizações do movimento negro, as organizações de luta antirracismo, elas também se protegem um pouco de como construir alianças com outros setores, como é que se faz isso e tal. Têm algumas experiências em que isso... conseguem furar o cerco. Mas eu acho que esse é um tema paradoxal, ainda, de como é que se combinam diferentes agendas de movimentos que vêm com trajetórias próprias e que tem um momento em que...

L.L. – De alguma forma, você teve que lidar com isso, não é?

D.D. – Tive que lidar com isso.

L.L. – Essa era sua tarefa fundamental.

D.D. – Esse foi um problema que eu me coloquei. Não precisava. Podia não... Eu achei que seria mais simples, na verdade. Porque eu lidei com ele durante dez anos, o tempo todo, aqui e ali, aqui e ali. Como é que começou a funcionar? Por exemplo, quando eu sugiro a organizações de direitos humanos que convidem feministas, “por que você não convida fulana ou fulano?”, para seus conselhos. Então, você começa a criar um ambiente de diversidade no conselho das organizações, no *staff* das organizações. Isso, realmente, tem um impacto programático, em como pensar. Agora, são essas perguntas: o que é direitos humanos, o que é uma agenda de implementação de políticas, onde é que uma conversa com a outra, e que são os dramas que as organizações vivem e que não têm solução fácil.

H.A. – Tem uma questão muito interessante que você comenta também que é essa questão do preconceito com os direitos humanos, com os ativistas, a questão dos protetores de bandidos, com todas aspas. Como é que é isso? Ainda existe essa percepção? E por quem? E você cita, no memorando, 56 incidentes envolvendo ativistas entre 1997 e 2001. Como é que tem sido de 2001 para cá? Agora estamos num momento em que isso está...

D.D. – Super. Olha, em alguns outros países do mundo, direitos humanos é uma agenda positiva, é uma coisa respeitável, “puxa, que legal!”. No Brasil não é. No Brasil, ou é gente encrenqueira ou pessoas que se envolvem com defesa de bandidos. Frequentemente, a gente

escuta autoridades etc. dizerem: “Prenderam o Elias Maluco. Era só o que faltava agora, esse povo de direitos humanos vir aqui dizer que essa pessoa tem direitos etc.”. Isso as autoridades dizem e a população diz. Então, tem uma percepção que, na minha opinião, é bastante influenciada pela campanha que se fez nos anos 1970, do Ame-o ou deixe-o, que era: quem protestava contra o Estado naquele momento e contra a ditadura era bandido. Isso teve a ver com a estratégia da ditadura de juntar presos políticos com presos comuns. Isso está nos AIs. Eles foram, progressivamente, implementando uma estratégia de confundir a luta política com o terrorismo e com o preso comum. Inclusive teve um momento em que se definiu que todo mundo que assaltasse banco etc. era passível de punições... e ali botava desde o assaltante de banco até os militantes das organizações. Então, aí se criou uma ideia de que esses que estão defendendo os direitos humanos são associados a... Obviamente, não foi só ali, mas eu acho que ali foi um momento muito importante de definição desse conceito de quem é esse povo que luta por direitos. E isso se manteve nos anos 1980. Porque a grande crítica que as organizações de direitos humanos ou os pesquisadores faziam era contra as polícias, era contra a violência, a tortura etc. Então, era um diálogo com um Estado autoritário. O problema é que esse Estado autoritário continua e ele continua tendo muita... Frequentemente, as autoridades, os governadores... Eles se sentem à vontade em falar dessa forma. Eles têm pouco constrangimento em dizer: “Ah, é tudo vândalo, é tudo bandido, e aí vêm esses defensores de direitos humanos...”. Então, isso cria na população... Fora que têm radialistas que recebem recursos para fazer isso o tempo todo, campanha o tempo todo. Isso mudou um pouco. Por quê? Porque, por outro lado, a existência de um movimento ascendente de direitos humanos... E o Brasil tem uma característica muito interessante que é o fato de que direitos humanos não é um grupo de elite profissionalizado. A gente tem um movimento social, tem um grupo de direitos humanos. Em qualquer biboca desse país que a gente vá, tem a comissão de direitos humanos, o grupo de direitos humanos, o não sei quem que se diz de direitos humanos. E eu sei porque eu recebo uns 500 projetos por ano e visito, viajo. Então, tem muita gente que se autodenomina como defensor de direitos humanos, apesar dessa forte campanha contra. Então, ela é uma campanha que atinge um setor da população e que é enfrentado por um forte movimento social de gente que... E mesmo pessoas de outras áreas. Na tua área, na área de comunicação, as pessoas se dizem... “Nós temos uma agenda de direitos humanos”. Então, tem esse alargar de um conceito que tem esse efeito positivo. A Secretaria Nacional de Direitos Humanos fez uma pesquisa de opinião na qual, parece que a maioria da população... Fez um *pool* mesmo, com o



Ibope e tal. A maioria da população apoia a ideia de direitos humanos. Ela sabe que tem... “É, pois é, dizem que são os defensores de bandidos etc., mas, na verdade, esse povo ajuda os outros”. Então, tem um conceito positivo associado que é o de ajudar os outros. As organizações de direitos humanos, o Fundo Brasil de Direitos Humanos, quando abriu e botou seu telefone, recebe ligações diárias. “Ah, eu tenho um problema, moço, meu pai está velhinho, não está ganhando a pensão, será que você poderia me ajudar?”. “Ah, pois é, mas aqui é um fundo.” “Mas vocês não são dos direitos humanos?” Então, tem um pouco uma ideia que o pessoal dos direitos humanos ajuda os outros. O que é bom. Agora, neste... Estamos nesse paradoxo. Não tem... E, obviamente... Por exemplo, as fundações nacionais brasileiras, as fundações dos grupos empresariais etc., quando eles definem sua agenda de trabalho, eles não definem por uma agenda de direitos humanos, porque as elites brasileiras ainda se sentem... as econômicas ainda se sentem desconfortáveis com o fato de que se deva... Então, eu acho que um conceito é superassociado à sua história, obviamente. E a história, no Brasil... Quer dizer, quando esse conceito começa a se afirmar no mundo como uma coisa boa, que é nos anos 1950 e 1960, o Brasil entra num processo de ditadura e associa isso, nos anos 1970, a bandido, e a gente emerge nos anos 1980 tendo que lidar com isso. Então, esse é um tema controverso. E o tema dos defensores piorou, infelizmente. Por quê? Porque o nível de tensões na sociedade cresceu; não diminuiu. A existência dos dois governos democráticos que a gente teve, do Fernando Henrique e do Lula, eles, de um lado, ao fazer reformas e redistribuir recursos e, de outro, não ter capacidade de conter um setor que é mais violento na sociedade, seja, no Estado, as polícias, seja as milícias privadas rurais, ela criou um confronto. Porque, claro, tem uma população que luta por mais direitos, que está lá querendo regular suas terras. Tem um conjunto de comunidades quilombolas... Têm 54 lideranças quilombolas ameaçadas no Pará. Então, isso é uma loucura! O que os caras querem? Uma lei. Eles estão morando lá há 200 anos, eles querem demarcar sua terra. Então, demarcar terra, hoje em dia, é um grande conflito. Até onde eu vejo, eles são, basicamente, conflitos oriundos de um rearranjo econômico: ou de entrada de grandes grupos empresariais num determinado lugar, ou de... Tem um grande debate no Brasil hoje que é o fato... quem é dono do subsolo e do sobressolo. Porque toda a regulação de terras no Brasil, todo o marco legal de regulação é sobre o solo, então, demarcação de terra indígena, de população ribeirinha etc., é sobre o solo. Agora, se tem uma mina de ouro no solo indígena, quem pode, quem não pode; ou o tema do carbono, quem pode, quem não pode. E aí é um conflito forte. Então, eu acho que a gente carece de medidas de proteção, ainda.

L.L. – Mas eu acho que a gente podia parar por hoje, senão a coisa...

H.A. – Parar por aqui, não é?

L.L. – Não sei você, mas a nossa cabeça já está...

H.A. – Nossa! Abriu muita... Acho que, na verdade, faltaram poucas... A gente complementa...

L.L. – Poucas. A gente talvez voltaria no próximo dia que você marcou.

D.D. – É [dia 21], não é?

H.A. – Não, é [dia] 20.

D.D. – Acho que a Ana é 20.

H.A. – A Ana é 21.

L.L. – Vamos ver aqui na agenda. Porque aí a gente fecha, vê se... Se você lembrar de coisas que não estejam faladas... Eu acho bom esse tempinho entre um primeiro dia...

H.A. – E tem um pedido também aqui de... se você tiver alguma coisa que você queira trazer que a gente possa... Documentos, fotos, enfim, coisas que você tenha, não é, Lúcia?

L.L. – É. Pessoais. Sei lá, tem uma foto de uma reunião não sei das quantas que você...

D.D. – Pois é, tem essa coisa de como é que se define os programas da Fundação. A Fundação tem reuniões regulares anuais de todos os *program officers* de uma mesma área e tal, e a gente vai ajustando isso. Então, isso a gente tem que retomar.

L.L. – Talvez, a gente pudesse retornar daí.

D.D. – Retomar por aí, como é que se define, internamente, as prioridades.

L.L. – Você é dia 20 às 15h e a **Toni**, dia 21 às 10h, na última mudança.

H.A. – A gente segue daí. Acho que a gente vai ter que falar também um pouco dos beneficiários, dos donatários ao longo desse tempo, sucessos e fracassos, essa questão mais... E até mesmo como é que vocês... Porque eu acho que deve ser muito complicado medir o que dá certo ou não. Como é que é essa questão do medir os sucessos. Ainda vai dar muito pano para manga.

L.L. – Mas foi muito boa, viu

[FIM DA 1º ENTREVISTA]

*2ª entrevista: 20/06/2011*

L.L. – Acho que a gente pode retomar no ponto em que estávamos na outra vez e você pode...

H.A. – Eu acho que hoje a gente explora mais questões da Fundação Ford, mesmo, dos procedimentos, e uma das questões que vieram à tona é a questão mesmo das doações, como é que se dá a escolha dos inscritos. Você citou um número de uns 500 projetos que você recebeu...

D.D. – Por ano.

H.A. – ...por ano. Então, como é esse processo de escolha? Quem participa com você?

D.D. – Tem uma diferença entre a Fundação em Nova York e a Fundação nos escritórios. A Fundação, em Nova York, é um prédio de 12 andares e tem *program officers* em todos os programas e em vários temas, então, eles têm uma capacidade de receber e apoiar projetos e se envolver com as agendas de mudança social nos Estados Unidos muito maior do que os escritórios. Os escritórios acabam tendo, em geral, quatro, cinco ou, no máximo, seis pessoas.

Nós temos quatro oficiais de programa. Então, a gente tem um número muito limitado de projetos que pode apoiar. E não dá para mandar para o colega, “ah, não é bem a minha área, quem sabe...”, como muitas vezes nos Estados Unidos acontece. Eles têm mais flexibilidade. Então, cada escritório define, no diálogo com os vice-presidentes e as vice-presidentes em Nova York e os diretores, quais são os programas prioritários naquele contexto, naquele país. E dentro dessas prioridades, que são prioridades temáticas, a gente vai definindo um certo critério de estratégias. Não tem como ter um programa totalmente aberto e decisões discricionárias o tempo todo. Recebe 500 projetos... “Ah, esse parece legal; esse não. Esse sim; esse não”. Não. A gente tem uma primeira definição de prioridades que é temática. Então, no escritório do Brasil, nós temos hoje quatro grandes linhas de trabalho, que é a área de direitos humanos, que é a área que eu coordeno; a área de democratização da mídia e liberdade de expressão; a área de desenvolvimento sustentável e defesa de populações tradicionais; e uma quarta área que gira em torno da questão da igualdade étnica e racial no país. São quatro grandes temas. E, dentro desses temas, a gente define um número de possíveis estratégias sobre... Enfim, o meu trabalho é, basicamente, pensar como é que eu posso ajudar o Brasil a ter um sistema de proteção de direitos humanos melhor. O trabalho do meu colega na área de desenvolvimento sustentável é pensar como é que ele pode, através de uma relação com seus parceiros, ajudar o Brasil a proteger melhor seu meio ambiente. Então, nessa área de direitos humanos, que é muito aberta no país – a gente poderia considerar, dentro da bandeira de direitos humanos, especialmente nos últimos dez ou quinze anos, um conjunto de questões –, eu tive, como tarefa, como trabalho, que definir uma estratégia criteriosa. Eu acho que eu já mencionei isso na outra entrevista, mas eu defini em dois grandes eixos. Um é a questão que envolve o desenvolvimento institucional da área de direitos humanos no Brasil. Eu pensei e refleti muito sobre isso e achei que seria muito temerário e mesmo injusto tentar definir uma ordem de prioridades temáticas e fazer um debate ou uma decisão sobre o que é mais ou menos importante, se é o combate à tortura ou o combate ao trabalho escravo. Então, para não entrar nessa discussão da vida ou da liberdade, eu defini uma... E também porque eu acho que a grande necessidade do Brasil, quando eu comecei a trabalhar, e ainda acho que hoje é o caso, é de construção e renovação de institucionalidades democráticas e na área de direitos humanos. Então, esse é um critério muito importante, porque quando a gente pensa em construção de infraestrutura ou construção de instituições, a gente está trabalhando com a ideia de que existe uma ausência de instituições de direitos humanos sólidas e que sejam nacionais e que possam

fazer avançar a proteção de direitos humanos no Brasil, e os projetos que eu vou apoiar são aqueles que suprem essa ausência. Eu mencionei o trabalho escravo. Têm muitas iniciativas sobre trabalho escravo no Brasil – as comissões locais de combate; tem um programa no Ministério do Trabalho; tem uma parte lá na Secretaria Nacional de Direitos Humanos –, mas não tinha nenhum núcleo de estudos sobre trabalho escravo no Brasil. Não tinha nenhum grupo específico dentro de nenhuma universidade brasileira dedicado a isso. Então, quando eu recebi a proposta para a criação do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo aqui na UFRJ, que era um grupo de pesquisa com escala nacional etc. para organizar os arquivos sobre trabalho escravo e aumentar a produção acadêmica sobre isso, eu apoiei. Não pelo tema, mas porque ele era o único no seu setor e porque ele podia, ao fazer isso, alavancar um conjunto de mudanças. Quando um grupo de ativistas criou o Fundo Brasil de Direitos Humanos, que foi a primeira fundação nacional dedicada a apoiar organizações locais de direitos humanos, a Fundação Ford apoiou, e apoia até hoje. Por quê? Porque é a única fundação brasileira dedicada... Então, esse foi o critério que eu utilizei, que foi um critério de construção de infraestrutura. O outro critério eram projetos na área de discriminação de raça e gênero, aonde eles conectavam com uma agenda de direitos humanos. Então, a advocacia internacional junto à Comissão Interamericana. Porque também têm centenas de organizações feministas de proteção de direitos das mulheres no Brasil, ou de combate ao racismo. Centenas. Juntos, milhares. O que diferencia um grupo de organizações para serem apoiados pela Fundação Ford? É onde eles conectam o seu trabalho com uma agenda de proteção, de defesa de direitos humanos, mesmo. Eles litigam, eles recebem vítimas, eles encaminham casos aos tribunais locais, eles encaminham casos ao Supremo Tribunal Federal e eles encaminham casos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Então, são organizações de porte nacional que têm capacidade, ou pelo menos tinham capacidade potencial e tinham como desenvolver essa capacidade para acionar os mecanismos internacionais de direitos humanos. Um dos critérios que eu uso o tempo todo é como fazer a conexão entre o que é uma agenda nacional de direitos humanos com o que são os organismos internacionais de direitos humanos. Que organizações fazem isso? As que entram com os casos junto à Comissão Interamericana; as que apresentam relatórios aos comitês das Nações Unidas; as que trazem os relatores especiais da ONU para fazer relatório sobre o Brasil. Tem um grupo de organizações que faz isso. Não é muito extenso e permite à Fundação apoiá-los o tempo todo. Isso é totalmente diferente de apoiar um grupo que trabalha aqui no Rio de Janeiro, ou que trabalha em São Paulo, ou que trabalha no Espírito

Santo, especificamente. A única forma de nós fazermos esse apoio local ou municipal é via o Fundo Brasil. Em geral, o meu critério são organizações nacionais que têm impacto nacional, que têm impacto internacional e que alavancam algumas mudanças na relação com o Estado, com o governo e com o Legislativo, e com as outras organizações. É um critério fluido, ainda assim. Muitas vezes, eu gostaria de ter apoiado mais projetos do que era possível. Mas a gente pode apoiar em torno de 15 a 18, 20, no máximo.

H.A. – Por vez, por...?

D.D. – Por ano.

H.A. – Por ano. E por quanto tempo o projeto pode ser apoiado? Tem um número de anos certo ou depende? Pode renovar?

D.D. – Depende do dinheiro. Nesse meu período na Fundação, eu vivi um período em que o dólar valia R\$ 3,50 e um período em que o dólar valia R\$ 1,50. Então, teve uma variação real muito grande na quantidade de recursos que a gente podia doar. Então, se você faz uma doação de US\$ 200 mil com o dólar a R\$ 3,50, você pode fazer uma doação por três anos; com o dólar a R\$ 1,50, um ano, um ano e meio, dois anos. Então, nós tentamos nos manter... A Fundação trabalha com o ano fiscal. É como a execução de um orçamento. A gente tem um orçamento de US\$ 3,5 milhões por ano, para a área de direitos humanos, mais ou menos, que começa em 1º de outubro e que vai até maio do ano seguinte, que é o ano fiscal americano. Então, em julho, mais ou menos, eu começo a preparar a minha lista de doações. O ideal é que... As organizações apoiadas pela Fundação, segundo esse critério, que são nacionais etc., elas exigem um certo nível de compromisso da Fundação. Não é uma coisa... Defender o caso no Sistema Interamericano de Direitos Humanos não leva um ano; leva cinco anos. Não é qualquer pessoa que... Tem que preparar o caso, tem que juntar as testemunhas, tem que entrar com o caso na comissão, a comissão tem que admitir o caso, daí tem as oitivas das testemunhas... Aí, para ter alguma decisão importante, leva um tempo. Então, a Fundação tem que ter um mínimo de responsabilidade de compromisso. Se eu vou manter uma doação... Se a gente mantém uma doação por seis anos, o ideal é que ela seja renovada de dois em dois anos. Porque senão, se cada ano eu tenho que fazer toda a papelada de novo... Então, mais ou menos... E é possível

fazer isso. O orçamento que a gente tem para o ano, ele pode ser gasto no ano ou ele pode ser comprometido para o ano seguinte também, ou para o outro ano também. Então, como regra básica, a gente faz doações por dois anos. Agora, em função da variação do dólar, às vezes a gente faz por um ano e meio, para poder otimizar um pouco mais os recursos. E dependendo da doação, a gente pode fazer uma doação específica por um ano. O que é muito difícil fazer é fazer uma doação por menos de um ano. É praticamente impossível.

L.L. – Só uma coisinha. Você explicou, vamos dizer assim, a estratégia do próprio... do funcionamento. Agora, só uma coisa, você não enfrentou muita oposição em implantar isso, não? Todos aqueles que gostariam que você tivesse dando o dinheiro para aquele grupo ali, que vai conseguir existir, sobreviver e fazer, em vez disso aqui... Porque isso aqui é uma coisa institucionalizada, a gente entende, mas pergunto se você enfrentou...

D.D. – Dificuldades? Muitas. Eu tentei ser o mais explícita possível, nos critérios – acho que isso é importante –, transparente, dizer... Eu participo das atividades dos projetos e participo de eventos da minha área. Então, vou a seminário, abro evento que é organizado pelo donatário, e muitas vezes... A Fundação recebe, aproximadamente, 500 projetos por ano; os critérios são... É impossível apoiar pequenos projetos. A gente se engajou diretamente na criação do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que foi uma ideia que foi negociada entre a Fundação e os diretores desde 2002, desde que eu comecei – nós fizemos todos os estudos de viabilidade, jurídicos etc. –, exatamente porque é um conjunto de grupos que recorriam à Fundação e eu não tinha nenhuma resposta para dar, a não ser: “Não. Sinto muito”. Agora eu posso falar: “Olha, não está dentro do escopo dos projetos da Fundação, no entanto, você pode recorrer ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, que tem um edital por ano”, e muitos desses projetos são parceiros do Fundo Brasil. Eu também me envolvi diretamente na criação do Fundo Elas, que é um fundo que apoia direitos das mulheres que foi criado em 2001, e nós fazemos doações regulares para o Fundo Elas. Para os projetos que envolvem direitos das mulheres, eu posso dizer a mesma coisa: “Vai para o Fundo Elas. Está aqui o *site* e tal”. E agora, no último período, nós nos envolvemos muito na criação do Fundo Baobá, que é um fundo de promoção da igualdade racial. Então, têm três novos fundos no Brasil que são para apoiar projetos locais que foram criados com o apoio direto da Fundação, tanto para apoio institucional quanto para... Agora, obviamente, têm muitas pessoas que ficaram descontentes, que tinham um financiamento

tradicional da Fundação, antes de eu entrar na área de direitos humanos, que era para pesquisa. Então, muitos grupos de pesquisa em várias universidades etc. Isso foi muito reduzido, na última década. Primeiro, porque os recursos para pesquisa aumentaram, especialmente para as universidades públicas. É um recurso disponível. E não tem recurso para as organizações de direitos humanos. Não tem. O Estado não doa, as fundações privadas nacionais não doam, os indivíduos não doam, ninguém doa. É quase um milagre que as organizações de direitos humanos perseverem. Por exemplo, uma organização que é baseada aqui no Rio de Janeiro que é muito importante, que é o Justiça Global, que é uma organização que monitora políticas públicas e de direitos humanos, que litiga na Comissão Interamericana, ela depende praticamente de recursos internacionais, que foram muito reduzidos, também, na última década. Então, esse é um critério importante também: “Aonde colocar dinheiro?”, onde é muito importante e ninguém coloca. Esse é um balanço o tempo todo.

H.A. – Têm alguns exemplos de instituições que, ao que me parece, são instituições que começaram locais, mas que hoje têm apelo nacional e que, por isso, devem entrar aí nesse seu critério, tipo o AfroReggae, a Cufa, o CEsC. O Fórum Nacional de Segurança Pública, já no nome diz que é nacional, mas... Por quanto tempo esse tipo de instituição é contemplado?

D.D. – Uma instituição pode ser contemplada... Nós não temos nenhuma regra fixa, nem do mínimo nem do máximo. Na verdade, a Fundação pode apoiar uma instituição a vida inteira. E apoia. Por exemplo, a NAACP, que é uma organização de direitos civis nos Estados Unidos, recebe financiamento da Fundação desde os anos 1950, e continua recebendo. É a organização mais importante na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Têm *program officers* que saíram da instituição e foram trabalhar na Fundação Ford; tem gente que saiu da Fundação Ford e foi trabalhar... E vai continuar recebendo. É muito difícil que não. Nos escritórios também têm instituições que, pelo seu caráter infraestrutural, elas podem ter uma doação por muito tempo. O Fundo Brasil é um exemplo. O Fundo Brasil, na verdade, pode ficar recebendo doação enquanto ele precisar, porque como ele tem uma administração enxuta e o que ele faz é captar recursos no Brasil e doar para a sociedade civil brasileira, ele é uma organização infraestrutural. Então, a Fundação vem doando há oito anos e vai continuar doando. Não sei por quanto tempo, porque tem uma renovação de pessoas, mas a... Então, não tem um critério exíguo. Agora, como... Você citou duas organizações, o AfroReggae e a Cufa, por exemplo. O



AfroReggae, na verdade, e a Cufa também, ambos receberam recursos da Fundação para se estabelecer. Agora que eles são organizações... O AfroReggae tem 15 anos, 16 anos, e a Cufa fez 10 anos. [Agora que eles] são organizações de escopo nacional, que contam com outros recursos, a Fundação é menos importante e ela pode... Eles têm recursos. A área de juventude é uma área que hoje é prioridade nas fundações nacionais e que tem muito recurso público, porque conecta com cultura, conecta com segurança pública. O que o AfroReggae e a Cufa não tinham? A Cufa, primeiro, o dinheiro da Fundação Ford foi para fazer os estatutos, para registrar como uma organização da sociedade civil. E aí nós estamos na terceira doação institucional para a Cufa, para assentar um núcleo de gestão da Cufa, ou seja, ter contador, ter um gerente de projetos, ter um nucleozinho que dê conta da possibilidade de a Cufa ter capilaridade, buscar recursos junto ao governo e tal. Isso aconteceu com o AfroReggae também. O AfroReggae era um pequeno grupo e a Fundação apoiou o AfroReggae por oito anos, para ter... As primeiras carteiras assinadas do pessoal do AfroReggae foi feito com o dinheiro da Fundação Ford. E isso para eles era muito importante. Eles vieram e falaram: “A gente quer dinheiro para poder assinar a carteira da pessoa que faz secretaria, do gerente de projeto, do contador, porque isso vai nos dar uma outra institucionalidade”. Então, o recurso da Fundação era também para esse nucleozinho, que hoje eles conseguem com as outras parcerias. Então, eles cresceram de tal forma que... A Fundação continua sendo parceira, nós somos amigos, eles convidam a gente para tudo, põem o nome da Fundação num monte de negócio, mas, efetivamente, para o AfroReggae, fazem uns dois anos que a gente não... Não precisa mais. Eles não... Claro, sempre vai ter alguma coisa que eles gostariam de receber recursos, mas não é necessário para a sobrevivência do grupo. Sobre esse caso específico, a doação foi feita dentro do Programa de Direitos Humanos. Por quê? Porque há dez anos atrás, o tema de juventude ainda era muito confuso, ou 12 anos atrás. Ele era muito misturado com o tema de criança e adolescente. Quem cuidava dessa agenda, em geral, eram organizações que não eram de jovens, e eu acho que o AfroReggae e a Cufa... Eles são dois grupos que surgem dentro de comunidades no Rio de Janeiro, em Vigário Geral, em Madureira e tal, a partir de um grupo de pessoas daquela comunidade, jovens que podiam ser protagonistas da sua própria organização, e isso realmente representou uma mudança na forma como se trata o tema de juventude. Isso foi disseminado pelo país inteiro. Eles foram muito importantes para criar uma outra cultura, na minha opinião, na forma como se lida com o tema de direitos desta fatia da população, especificamente. E estão aí. Agora estão também seguindo os seus caminhos.

L.L. – E essa experiência que você mencionou, nessas duas, o que a gente iria perguntar é como é que vocês avaliam o sucesso ou o fracasso dessa relação. Eu acho que você, de alguma forma, já falou do sucesso de duas organizações. Ou seja, há um grupo, há uma experiência e vocês... Você analisa segundo os seus critérios aqui e diz: “Então, está bem, esse grupo aqui vai ter recurso durante dois anos”. Aí passa o tempo. Deve ter um momento, alguma coisa que você diz: “Não, esse não está dando certo, está fracassando”, e o outro... Então, você tem como nos explicar um pouco o processo como é?

D.D. – Essa é uma discussão forte por dentro do mundo das fundações, como é que se avalia: se tem impacto, se avalia o impacto... Têm muitas coisas escritas, tem muito jargão sobre isso, se o papel da fundação... se se pode atribuir à fundação um papel num determinado sucesso ou se a fundação apenas contribui para aquilo e tal. Então, tem uma conversa enorme por aí. Depende da ambição do projeto. Uma das dificuldades de se estabelecer indicadores, uma regra mais ou menos fixa de indicadores para projetos é que depende da ambição do projeto. Então, se um projeto pretende fazer um levantamento de fontes sobre um determinado assunto, ele é 100% eficiente se, ao final de dois anos, ele fez o levantamento das fontes do determinado assunto. Pronto. Se um projeto pretende, como no caso do AfroReggae, aumentar o protagonismo dos jovens moradores de favela na discussão de políticas públicas sobre juventude, bom, isso é uma outra ambição, é um outro escopo: isso implica na capacidade dessa instituição de se estabelecer, de ela dialogar com o poder público, de ela aparecer, ter alguma estratégia de comunicação, aparecer na imprensa e influenciar o debate sobre esse assunto. Então, isso leva muito mais tempo. Essa é uma tarefa muito mais complexa. E o que a gente pode fazer, que faz parte do nosso *job description*, é monitorar os projetos. Nós temos que poder avaliar e pensar sobre isso o tempo todo. Eu não tenho uma relação de balcão com esses projetos. Nós temos, em geral, 40 a 50 projetos ativos que a gente acompanha de perto: a gente visita, a gente vai aos eventos, a gente conversa com as pessoas, a gente fala por telefone, a gente encontra para tomar café não sei aonde, a gente viaja para fazer coisa juntos. E vão surgindo dificuldades em cada uma, da natureza do projeto e da ambição que aquele projeto se colocou.

H.A. – Nem sempre dá para traçar metas e vocês acompanharem a execução dessas metas?

D.D. – Dá para fazer, se a gente diferencia as metas. A gente pode ter metas de curto prazo, mais institucionais; a gente pode ter metas de médio prazo, que envolve como é que se dissemina esse tema; e metas de longo prazo... Só a longo prazo que se pode... Depois de uma década, você pode dizer: “O AfroReggae e a Cufa deram certo”. Mas há cinco anos atrás, a gente não podia, talvez, dizer isso com tanta segurança. O Fundo Brasil de Direitos Humanos, que é um exemplo, o Fundo Brasil tem dois objetivos, duas ambições: uma é captar recursos no Brasil, é criar uma cultura de doação, montar mecanismos de doação individual, captar junto com os empresários etc.; a outra é doar para organizações locais e tal. A parte do doar para organizações locais está, de certa forma, dentro de um controle que eles podem ter: eles fazem um edital bem feito, transparente, simples; eles disseminam para o país inteiro – eles recebem 1.000 projetos por cada edital, 800, 900, varia –; eles têm um bom comitê de seleção, independente, com várias pessoas que leem todos esses projetos; eles selecionam. Eles têm doado em torno de 30 projetos por ano. Então, se a gente for avaliar por aí, eles estão fazendo isso superbem, muito bem. Captar recursos no Brasil depende só deles? Não. É um caminho muito mais árduo. Então, eles... Empresas, eles foram... É muito difícil, as empresas, porque quem doa nas empresas é o departamento de marketing e comunicação, e eles acham que direitos humanos não é um negócio realmente... Aí é uma novela. Bom, doações individuais, quais são os mecanismos de doações individuais que têm no Brasil? Não tem isenção no Imposto de Renda, não tem como doar; tem que ser no cartão, e o cartão cobra taxa, a taxa não sei o quê... Eles estão indo. Eles conseguiram levantar R\$ 600 mil, o ano passado. É um sucesso? Eu acho que é. Mas é suficiente? Não, não é. A gente vai poder avaliar se eles foram bem nessa tarefa de sensibilizar, de montar uma capacidade de doação ou aumentar no Brasil em 15 anos, eu acho. Agora eles estão discutindo com o governo a mudança da lei, para permitir isenção de até  $x$  por cento do Imposto de Renda de Pessoa Física para doação. Bom, isso é um estímulo. Isso garante que as pessoas vão doar para eles? Não. As pessoas podem doar para a associação da esquina. Mas... Isso é um entrave? É um entrave. Agora, eu conto tudo isso porque eu acompanho, eu estou vendo que eles não estão lá sentados esperando que alguém... Não. Eles estão indo: vão, falam com o governo... Estão em São Paulo, tem a nota fiscal paulista, montaram umas urnas para botar não sei aonde... Então, eu acho que talvez um indicador de... uma medida de avaliação ou de acompanhamento de sucesso de um projeto é o quanto aquela equipe trabalha por ele, também, está engajada, está pensando, está pensando

proativa, está pensando de forma inteligente. Têm coisas que deram errado? Têm. Têm instituições que foram criadas e que literalmente afundaram, por briga interna: tinha dois ou duas diretoras e brigaram, ficaram inimigas, daí uma boicotava a outra... Afundou a organização em seis anos, ou sete anos. Isso eu já vi acontecer. Ou as pessoas ficaram fazendo mais ou menos a mesma coisa que sempre faziam e, em dois anos, nada mudou. Daí a gente tem uma decisão: ou renova aquilo ou não renova. Daí a pessoa não gosta se a gente não renova. A Fundação diz: “Vocês ficaram dois anos fazendo exatamente a mesma coisa que vocês fazem há cinco anos e...Tem um passo além. Então, como é isso?”. Ao mesmo tempo, têm outras pessoas fazendo outras coisas superinteressantes. Então, eu tento não ser discricionária no caso a caso, mas no processo de avaliação tem, digamos, essa medida mais larga do curto, médio e longo prazo, indicadores de disposição pessoal, de ideia, de criatividade, os indicadores institucionais. Quando aquela instituição está bem, ela manda os relatórios em dia; ela sabe onde é que está botando o seu dinheiro; as relações entre as pessoas são decentes. Então, têm várias... Talvez seja uma *matrix*. São vários indicadores de quando alguma coisa vai bem ou quando ela se encaminha para um desastre. Quando começa a atrasar relatório, é tiro e queda, tem um problema institucional: ou a contadora não se dá bem, ou não tem, ou foi demitida, ou aconteceu.... É a ponta do iceberg. As instituições que estão bem, elas fazem as coisas que elas têm que fazer, todas, inclusive mandar os relatórios em dia ou próximo do prazo. É um troço idiota, superburocrático, mas, em geral, ele acende a luzinha, e aí a gente vai ver, ou mudou a gerente administrativa, ou a gerente administrativa é uma socióloga que não gosta de fazer administração; gosta de dar aula na comunidade. Tudo isso tem. E aí, bom, tudo bem, mas...

L.L. – Agora, você está falando isso e, de alguma forma, com esse envolvimento que a pessoa tem que ter, até para acompanhar isso tudo, então, passa a ter inclusive um limite objetivo. Porque se você não tivesse 40 projetos, se tivesse 200, possivelmente, você não ia conseguir acompanhar isso tudo.

D.D. – Não conseguiria. E isso é uma regra da Fundação que vale para todo mundo: nós não podemos ter mais do que 44 projetos ativos. Às vezes tem um pouquinho mais, porque um está acabando e o outro está começando.

H.A. – Por área, não é?

D.D. – Por área. O que dá mais ou menos uns 150 a 200 por escritório. Mas a ideia de ter um número reduzido é, primeiro, de fazer doações maiores, ter capacidade de fazer doações institucionais mais sólidas, e segundo, garantir que aqueles projetos não são... enfim, de que o trabalho da Fundação não é um balcão de projetos. Não tem edital... Não. A gente conhece todo mundo, um por um. E aqueles que não conhece, fica conhecendo. Tem uma relação... Por exemplo, tem um projeto no Pará que o coordenador do projeto ficou viúvo – a esposa teve... Eu conhecia pouco ele, mas ele... Ele tinha uma filha pequena, ele disse: “Eu não posso sair de Belém. A minha filha entra em pânico cada vez que eu saio de casa. Se ela não me vê todos os dias...”. Ele me ligou e disse: “Olha, Denise, infelizmente, durante esse período próximo, eu não vou participar da reunião tal, eu não vou fazer isso, não vou fazer aquilo”. Então, a gente acaba conhecendo coisas absolutamente decentes, honestas e transparentes da vida das pessoas, e que têm impactos no trabalho. E tem que ser um pouco assim, porque também é a única forma de a gente aprender... Se a ideia dos projetos da Fundação é contribuir para a criação de uma certa institucionalidade que se sustente a médio e longo prazo, que seja democrática e que alavanque outras questões, isso não tem como ser feito sem um envolvimento muito profundo. Porque tem um momento em que a gente tem que pensar: “Bom, aqui, talvez isso já esteja resolvido. A gente já poderia dar um outro passo”. E isso eu não descubro sentada numa sala no Rio de Janeiro; eu só descubro ouvindo o que as pessoas estão fazendo o tempo todo, com quem que elas encontram não sei aonde, o que elas fazem juntas e...

H.A. – Você acha que isso é uma característica mais brasileira ou é uma coisa que se vê em todos os escritórios?

D.D. – É uma coisa que se vê muito em todos os escritórios. Tem uma relação muito próxima dos *program officers* com... Cada um do seu jeito. Por exemplo, a doação que foi feita para a criação do Cpdoc: era um outro contexto, era um outro *program officer*, mas isso foi feito a partir de inúmeras conversas com quem estava pensando em... Entende? Começa sempre num certo campo de ideias: “Bom, a gente acha isso, a gente pensa aquilo”. Não tem como fazer uma doação sem entender minimamente quais são as intenções, o que as pessoas esperam, onde é que elas querem chegar com aquilo, por que fazer isso e não outra coisa. Então, acho que, nesse sentido – e depois, conversando com a Ana e com o Aurélio, talvez isso apareça

novamente –, eu acho que elas são atuações muito quentes. Não são distantes; são muito próximas. A gente interage muito, aprende muito e repensa estratégias a partir do aprendido.

H.A. – Uma coisa que chamou a atenção, lendo o seu memorando e outros documentos, foi essa questão da ação da mídia, que, no caso dos direitos humanos, vocês citam até a existência de um certo segmento da mídia que é praticamente contra os direitos humanos, enfim, uma mídia mais apelativa, que... Como é que elas geram esse preconceito contra ativistas? E aí vocês apoiam instituições que tentam neutralizar isso? Enfim, como é essa questão da mídia dentro dessa área de direitos humanos?

D.D. – Na outra entrevista, a gente conversou um pouco sobre o fato de que a Fundação é uma fundação americana que tem, desde a sua origem, ou pelo menos a partir de um determinado momento, um projeto de cooperação internacional. Então ela é, no Brasil, uma fundação americana, e é uma fundação americana que apoia projetos de mudança social e defesa dos direitos. Mas a Fundação tem que se colocar, de uma certa forma, todo o tempo em uma posição muito discreta. Eu, particularmente, não tenho... Posso até ter opiniões pessoais sobre isso ou aquilo, mas eu não falo em nome da Fundação nunca. Em alguns casos em que tem um debate muito intenso sobre algum assunto, é interessante apoiar pessoas que pensam de um jeito e pessoas que pensam de outro jeito. Os portfólios de doações da Fundação não são unânimes, eles não são um grupo de amigos que trabalha bem entre si. Não. Tem organizações que pensam de um jeito e outras que pensam de outro, organizações que brigam entre si, e todas recebem apoio da Fundação. Esse é um primeiro critério fundamental, que é ter certeza de que o uso do recurso não serve para definir um marco no qual todo mundo só pode agir e pensar daquele jeito. Eu acho que isso é uma... Seria errado fazer isso. Então, o uso do recurso é para apoiar as instituições que estão lidando com aqueles temas. Na área de direitos humanos tem muita controvérsia. Teve muita controvérsia no campo de ações afirmativas, e era uma controvérsia muito forte, que até hoje... Toda semana tinha um editorial contra, e frequentemente, dizia: “A Fundação Ford, que apoia...”. Em 2004, que foi no bojo da controvérsia, eu decidi... Nós discutimos na Fundação, tínhamos uma proposta da UFRJ que era criar um projeto que se chamava Observa, que era coordenado pela Yvonne Maggie e o Peter Fry. Nós fizemos uma doação para esse projeto, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, que tinha um programa de ações afirmativas, para fazer um conjunto de estudos sobre o impacto disso.

Porque tinha um setor da academia que dizia: “Bom, isso vai rebaixar o nível acadêmico, isso vai criar problemas de racismo dentro das universidades”. Eu falei: “Bom, então, acho que é razoável a gente levar isso a sério”. Então, a Fundação fez uma doação para o Observa – foi uma doação de dois anos e meio –, para vários estudos, que envolveram... que foram feitos pela Yvonne, pelo Antônio Sérgio, por um professor da Universidade de Brasília, sobre... Esse é um exemplo de um critério de apoio ao debate público. Obviamente, a maioria das doações da Fundação foi para apoiar programas de ação afirmativa, porque a gente acreditava que era uma forma de combater o racismo no Brasil. Mas isso não impede que a Fundação faça doações para outras pessoas que pensam diferente e que possam receber recursos para trazer seus argumentos à tona. Em relação à mídia, eu, pessoalmente, acho duas coisas. Acho muito desrespeitoso com a sociedade brasileira isso. Eu sou brasileira, eu sou ativista desde que eu tenho 16 anos, acho um desrespeito dizer que o tema de direitos humanos ou de terra de quilombos ou de ações afirmativas ou de defesa da legalização do aborto é porque uma fundação americana deu não sei quantos milhões de dólares. Não é verdade isso. A sociedade civil brasileira é muito mais sólida do que isso. Mesmo no tema ambiental: “Ah, não, são as grandes ONGs internacionais que definem a agenda”. Não é verdade. Não é verdade. Quando a gente vai a campo, vai a uma audiência pública do Congresso Nacional sobre Código Florestal, quem são os protagonistas dessa luta? É o ISA, que é uma organização criada e fundada por ativistas brasileiros, o Instituto Socioambiental; é um conjunto de núcleos de universidades. Então, acho que tem um... Agora, tem uma questão da forma como a mídia cobre e cobriu essas agendas de direitos humanos – especificamente, essas que são controversas. A Fundação Ford deveria responder? Eu defendi sempre que não. Eu falei: “Olha, eu acho que não. Porque isso alimenta um debate... Isso nos coloca como protagonistas, que é o que nós não somos”. Não é porque a Fundação doa US\$ 3 milhões por ano para um campo que ele aparece no Brasil. Ajuda? Ajuda. Ajuda a construir organizações? Ajuda. Se não tivesse, a capacidade seria muito menor. É definidor? Não. Tanto não é definidor que muitas das organizações que a Fundação não apoia ou parou de apoiar podem ser igualmente relevantes, podem conseguir recursos de europeias, podem conseguir recursos do governo. Então, a Fundação Ford é um ator em um determinado campo. Ela não é todo o campo. Ela não diz o que todo mundo deve fazer. Ela não tem esse poder – e eu acho ótimo que não tenha –, nem ela nem ninguém. Porque a Secretaria Nacional de Direitos Humanos doa em torno de R\$ 50 milhões por ano, que é dez vezes o que a Fundação Ford doa. Ela define o que as organizações

vão dizer e pensam? Não, não define. Então, aí tem um jogo que é o jogo da política, mesmo, e que é definido... no qual os recursos têm um papel muito importante, que é o da sustentabilidade, mas não é o único. Agora, ainda em relação à mídia, tem uma outra questão que não é essa que envolve a Fundação Ford, que é o quanto a mídia é, ou alguns setores da mídia são preconceituosos em relação ao tema de direitos humanos: associam direitos humanos a direitos de bandidos, têm programas de rádio que são 100% financiados para falar mal de direitos humanos o dia inteiro. Acho que isso acontece menos nos grandes jornais do país. A gente não vê mais, [nos jornais] *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, editoriais dizendo: “Direitos humanos, direitos humanos...”. Não. Quando teve o debate sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, em dezembro, a aprovação do programa, não houve nenhum veículo de comunicação impressa de massa que dissesse: “Nós somos contra o Programa Nacional de Direitos Humanos”. Eles levantaram pontos: a Comissão de Verdade, a legalização do aborto, que são temas controversos, por várias razões. Então, isso eu acho que é uma mudança... É um quadro interessante. A mídia não é monolítica na forma como lida com o tema direitos humanos; tem muitas variações e tem muita coisa positiva, também, tem muito apoio: tem muito documentário, tem muito... Pega a Globo News, pega o *Sem fronteiras*, tem um debate inteligente e interessante e global sobre qual é a importância da proteção aos direitos humanos. Eu acho que é essa a sociedade que a gente tem. Agora, a Fundação Ford, o que ela pode fazer? Eventualmente, dentro dos projetos, se a organização entende que é importante, a gente apoiar para fazer um documentário, ou fazer um vídeo, fazer uma campanha. Por exemplo, o Justiça Global, que é uma organização que a Fundação apoia, eles têm um Departamento de Comunicação, então, eles saem muito na imprensa etc. Então, não é uma doação específica, mas a parte de comunicação e relação com a mídia pode fazer parte de uma doação institucional, se a organização entende que deva fazer, que é prioridade. Mas a Fundação não tem nenhuma... não tem assessoria de imprensa, nada.

H.A. – Acho que é a partir da primeira década do século XXI, acho que houve um direcionamento do foco da Fundação Ford, no escritório brasileiro, para a Amazônia, acho que em todas as áreas. E como é que isso foi digerido na área de direitos humanos? Como é que isso muda o foco de o que vai ser aprovado ou não?



D.D. – Eu adorei. Isso não me incomodou nem um pouco. Essa mudança, a Amazônia e aonde na Amazônia, é também fruto dessa questão do diálogo entre o escritório e a Fundação em Nova York. Então, a Fundação apoiou, por muito tempo, o Acre, em função do Chico Mendes e de toda a questão do desenvolvimento sustentável no Acre. Então, do final dos anos 1980, quando o Chico Mendes é assassinado, até 2001 ou 2002, a Fundação apoiou todo um processo no Acre, a criação das organizações e tal, e avaliou que tinha feito bastante e que era o momento de mudar. Então, quando o Aurélio entra, também tem uma reorganização geopolítica e uma concentração de esforços na região do Pará. Obviamente, se você olha os dados e os mapas brasileiros, tem um processo de destruição da floresta e de trabalho escravo, aumento de violência, desmatamento, várias coisas que se movem para aquela área do sul do Pará, do Pará e do Amazonas. Então, a Fundação se redefine geograficamente. E eu achei superinteressante, porque eu acho que é uma oportunidade. Eu sempre... No Programa de Direitos Humanos, dentro dessa ideia de ter um certo escopo nacional, um dos critérios era ter pelo menos uma organização por região. A Fundação poderia apoiar, institucionalmente, cinco, seis organizações nacionais de direitos humanos, e não podia ser todo mundo no Rio e em São Paulo. Então, tem uma no sul, que é a Terra de Direitos, cuja sede é em Curitiba; tem uma no nordeste, que é o Gajop, cuja sede é em Recife; e uma no norte, que é a Sociedade Paraense de Direitos Humanos, com a sede em Belém; e a Justiça Global no Rio, no sudeste, e a Conectas em São Paulo. Então, mais ou menos se distribuiu. E além disso, nos últimos anos, trabalhar nessa região... Ela representa um desafio, porque tem muitos problemas, realmente. Quando a gente vai para os dados de defensores de direitos humanos assassinados ou ameaçados, a maioria está no Pará; dados de trabalho escravo, têm algumas mudanças já, mas ainda tem muito no sul do Pará; os temas de segurança pública... Até, quando a gente foi pensar em presídio, o do Pará não é o pior.

L.L. – Salvou-se.

D.D. – Salvou-se, nesse aspecto. Porque o Presídio Central do Rio Grande do Sul é horrível. É incrível. O ministro da Justiça, todo mundo lá... Bom, espero que agora façam alguma coisa. Então, tem uma questão que é uma demanda de realidade, com uma decisão política, geopolítica superinteressante, então, abre um conjunto de oportunidades. Eu acabei de voltar. Eu estava lá. Eu voltei sexta-feira de Belém. Eu adoro. E, por exemplo, nós convencemos a

Terra de Direitos, que é uma organização baseada em Curitiba... Convencemos é uma boa forma de... A gente negociou longamente para... Porque eles são *experts* em questão de terras, e um dos problemas graves no Pará é a questão de terras. Então, se eles concordavam, se achavam interessante abrir um escritório em Santarém para lidar com terra de quilombo e terra indígena. Eles têm um escritóriozinho em Santarém agora. E para eles foi superinteressante, também, sair de uma dinâmica de reforma agrária, pequenos agricultores, a luta pela terra num contexto do Paraná, do Pontal do Paranapanema para um contexto de Amazônia. Primeiro, a temperatura, não é? Eu cheguei lá no escritóriozinho, fazia uns 50 graus, tinha uma advogada jovem e dois estagiários suando. Aí eu liguei para a diretora administrativa deles, a Sara, que é ótima, “Sara, se tu não autorizar esses meninos a comprar um ar-condicionado...”.[risos] Eu liguei de dentro... “Sara, está fazendo uns 52 graus.”; “Ah, Denise, eu não sabia.”. Claro, ela nunca tinha... Ela, em Curitiba, ela não achava que isso pudesse ser uma prioridade. Então, até para a organização se repensar, pensar o que é o país etc, está sendo superinteressante.

H.A. – Bom, você está aí num final de temporada e, enfim, eu queria saber um pouquinho o balanço que você faz desses dez ou onze anos que você passou...

D.D. – Dez e meio, quase onze.

H.A. – ...o que você vê como prioridade para o futuro, que legado que você deixa... Esse teu substituto, eu não sei se já têm nomes, mas o que ele tem pela frente?

D.D. – Primeiro, eu acho que uma coisa que é muito importante lembrar aqui e registrar é que a Fundação tem uma dinâmica entre os escritórios e a Fundação em Nova York e entre os escritórios entre si. Ela não é... Nós não somos uma filial. Na verdade, a Fundação tem três grandes programas e cada um dos programas nos escritórios é parte de um desses três grandes programas. Atualmente, é um programa na área de democracia, direitos e justiça; um programa na área de educação, mídia e liberdade de expressão; e um programa na área de recursos humanos naturais. E esses programas têm um vice-presidente ou uma vice-presidente responsável pelo programa e têm os diretores temáticos. Então, tem uma diretora para a área de justiça racial, tem um diretor para a área de direitos humanos, tem um diretor para a área de populações tradicionais e desenvolvimento comunitário, tem um diretor para a área de mídia.

E a gente tem uma relação semanal, permanente. Porque esses programas têm um *statement*. Tem um memorando de programas: “Bom, as grandes linhas de defesa de direitos das mulheres, para a Fundação Ford, são essas”. Você vai trabalhar com esses temas. Isso pode valer para os Estados Unidos, pode valer para o Quênia, pode valer para... como é a tradução disso em cada país e como é que a tradução disso em cada país rebate no que a Fundação pensa globalmente. Então, isso é muito dinâmico e muito interessante. E isso funciona também de uma forma mais horizontal, que é a relação com os outros escritórios. Então, eu tenho uma relação muito próxima com os meus colegas que trabalham na área de direitos humanos na América Latina. Eu conheço os projetos deles bastante. Não tenho uma relação tão íntima quanto a que eu tenho com os projetos no Brasil, mas muito próxima. Eu conheço, conheço pelo nome, visito, e eles vêm ao Brasil. Com os meus colegas na África, a gente têm muita conexão, muita troca de experiência. A gente faz reuniões nos diversos países. Quando a gente vai aos países, a gente visita projetos e ajuda a pensar sobre os lugares. Então, isso é muito interessante na Fundação. Ela tem suas hierarquias, mas ela não é rígida; ela permite um certo fluxo de informação e experiência o tempo todo. Então, nesse sentido, ter passado dez anos na Fundação é mais do que a experiência de ter feito doações no Brasil. Ela é, realmente, uma experiência, para mim, muito interessante. Eu vim para a Fundação achando que eu estava entrando... Eu conheci a Fundação pelo apoio à área dos direitos no Brasil, eu disse: “Ah, eu vou vir para ficar três anos e vou participar desse debate sobre direitos”. No fim, foi realmente muito mais do que isso, porque eu acho que trabalhar em uma fundação desafia a gente a pensar sobre essa relação entre doadores e... entre os bastidores e a linha de frente; como que se organiza o sistema de doações nos países; quais são os sistemas e os mecanismos que isso chega às organizações; que uso as organizações fazem disso; o que, nesses mecanismos, deva ser melhorado, modificado. Então, ela é uma experiência que puxa a gente a pensar muito mais sobre questões estruturais, mesmo, da sociedade civil. Então, eu aprendi muito sobre o sistema de doações nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países; me dei conta, rapidamente, que faltavam fundações nacionais para apoiar direitos humanos; pude me envolver com a criação desses fundos; ajudar a pensar estatutos. Aprendi sobre toda essa área: o que é um fundo patrimonial, quais são os impostos que incidem, o que dá para fazer de diferente, o que se poderia fazer melhor; entender que não faz parte do projeto imediato, mas faz parte de um projeto de longo prazo que essas organizações se engajem na discussão com o governo para mudar leis, para repensar uma área fiscal, por exemplo, que, aparentemente, não tem exatamente a ver com a defesa de direitos

humanos, mas a longo prazo, pensando em termos do país, tem. Então, acho que isso foi muito interessante. Acho que a experiência de colocar como desafio ajudar a criar uma certa infraestrutura de direitos humanos no Brasil, criar programas nas universidades, mecanismos de doação novos e organizações fortes, para mim, eu acho que foi uma forma racional e minimamente objetiva de poder drenar esses recursos de uma forma criteriosa, transparente e com algum resultado. Então, está aí. Depois de dez anos, têm essas organizações aí. Agora, quando eles conseguiram trancar a hidrelétrica de Belo Monte na Comissão Interamericana, eu pensei... Eu mandei um *e-mailzinho* para a Ana e para o Aurélio: “Viram? Direitos humanos serve para alguma coisa de vez em quando, não é só conversa fiada”. [riso] Os caras foram lá e trancaram uma hidrelétrica de bilhões. Está todo mundo atrás deles. Bom, mas vai aparecer na mídia... Aliás, já apareceu: a Agência Brasileira de Inteligência disse que as organizações que estão advogando no caso de Belo Monte recebem recursos internacionais. Então, eles criam uma fantasia. Os recursos internacionais somos nós. É uma coisa completamente simples, zero de problema.

L.L. – Quer dizer, você foi ficando. Você foi com a ideia de três anos, etc. Em algum momento, alguém perguntou assim: “Você quer ficar mais três anos?”. Ou não? Como é isso?

H.A. – É que nem a doação, que pode se estender, não tem...?

L.L. – Isso significa que o seu trabalho estava sendo aprovado, nesta conversa entre vários níveis?

D.D. – Sim, significa.

L.L. – Não é? Porque senão diziam: “Está inventando lá uma história que não corresponde. Vamos tirar rápido”.

D.D. – A gente tem uma brincadeira. Se eu tivesse feito alguma coisa errada, eles teriam me dado um *fellowship* na Áustria. Não é mau. O castigo da Fundação... Até o castigo da Fundação Ford é legal. Quando a gente diz, “fulano ganhou um *fellowship*”, a gente pensa: “Opa! Fez alguma coisa errada”. [risos]

L.L. – Caiu para cima. Não cai para baixo.

D.D. – Não me aconteceu. Estou trabalhando até o último dia. A Fundação funciona assim: eles respondem à legislação americana. A Fundação é uma fundação americana, está sob jurisdição americana, então, os contratos são contratos com prazo determinado, por três anos, que podem ser renovados por mais três. Então, no máximo, a pessoa fica seis anos. Para a pessoa ficar mais de seis anos, ela tem que mudar de posição, ela tem que ser ou promovida a *senior program officer*, e aí o relógio começa a contar de novo e você tem mais três anos e mais três anos. Na verdade, a pessoa pode ficar 12 anos. Ou você pode se candidatar a uma vaga em outro lugar na Fundação. Pode ir para Nova York, pode ir para... No meu caso específico, eu fui promovida a *senior*, e daí o relógio começou todo de novo. Então, eu tive mais três anos. E eu teria mais três anos, mas é que, quando eu fui negociar a minha renovação, eu pedi um ano e meio, porque eu decidi que dez anos era bastante tempo, porque eu queria voltar para o meu *métier*. Afinal, eu advogo. E, agora, eu acho que esse é um setor mais animado no país, eu estou achando, a Suprema Corte, um monte de decisões... Então, estou me preparando para...

L.L. – E você tinha comentado isso... Porque nós observamos, vendo a mídia, até no Google, que você... Quer dizer, de vez quando, eu via mais uma coisa da Ana, porque era a representante...

D.D. – Porque é a representante, ela...

L.L. – E vocês não aparecem. “Que gente estranha! No fundo, é suspeita. Comprova que eles agem na clandestinidade.”

D.D. – Na surdina.

L.L. – Na surdina. Mas você comentou que tem um protocolo de comportamento.

D.D. – Tem. Tem um protocolo escrito, inclusive. O critério fundamental desse protocolo é que a pessoa não estabeleça nenhum conflito de interesses com o seu donatário ou com a Fundação, que não coloque... que não use os recursos da Fundação para se promover, que não assine artigos em livros que são financiados pela Fundação, enfim, que não use os recursos, não só financeiros, mas de visibilidade da Fundação, para sua própria ascensão profissional. Então, tem um cuidado muito estrito em relação a isso. Se eu for escrever a orelha de um livro, eu escrevo para a Fundação em Nova York dizendo: “Olha, a Fundação está apoiando esse livro, eles me convidaram para fazer a introdução, ou a orelha. Sim? Não?”. E isso é autorizado ou não. Por exemplo, nós, obviamente, fomos convidados e somos convidados para participar de conselhos de instituições, porque a gente conversa muito sobre desenvolvimento institucional e tal. Para não criar nenhum problema de conflito de interesses, a gente não participa de conselho de nenhuma instituição que a Fundação apoie. Então, isso vai criando uma certa discricção, mesmo, em relação ao que se pode... Eu poderia fazer o que eu fiz? Por exemplo, eu poderia ter me inscrito num mestrado numa universidade, ter participado da seleção, assistido às aulas e escrito uma tese? Sim. Desde que eu não use um recurso da Fundação para isso. E mesmo assim, eu informei a Fundação de que eu faria isso, e para eu vir às aulas, eu compensava o horário. Então, tinha três horas de aula, eu tinha que trabalhar três horas a mais naquela semana, de noite. O que não é muito difícil, porque a gente passa viajando de noite, fim de semana...

L.L. – Vocês trabalham muito mais que isso.

D.D. – Não era difícil, mas era formal. Eu pedi autorização. No momento que eu fiz a seleção e passei, eu pedi autorização, que eu ia fazer e tal. Eu acho que é bom, porque o dinheiro é o dinheiro, não é? A pessoa não utilizar o... Mesmo que seja um poder muito limitado. E eu acho que é. O poder do dinheiro não é um poder definidor da agenda política nem de uma organização e nem da agenda política de um campo, mas ele pode atrapalhar. A ideia é que não atrapalhe, que a gente não ocupe um lugar que é, precipuamente, das organizações nacionais.

[FIM DO ARQUIVO I]

L.L. – Nós estávamos perguntando sobre a sua própria avaliação dos seus dez anos, e você explicou como você ficou onze anos na Fundação e você mencionou esse protocolo, que eu acho interessantíssimo. Se eu pudesse, eu lhe pediria uma cópia desse protocolo para vê-lo. Não sei se é permitido isso. E você, ao sair... Você comentou fora da gravação que existia a quarentena. Acho importante falar como é que é feito isso.

D.D. – Esse protocolo, na verdade, é um conjunto de o que seria um regimento interno de cuidados que a gente tem que ter. E a Fundação se esforça por ser o mais transparente possível, internamente. E é muito interessante, a gente aprende... O fato de ter alguns protocolos te faz aprender a agir assim. Porque as pessoas que vêm do ativismo, se tem uma conferência não sei aonde, vão. Na Fundação, negativo, tem que... Há verba para passagens o ano inteiro que é para ser utilizada – a gente tem um orçamento de viagens – para os projetos. E durante esses anos todos, eu nunca participei de algum evento, que eu quisesse participar, com recursos da Fundação. Por exemplo, eu quis ir ao aniversário de 25 anos do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Essex, onde eu fiz o meu LLM, o meu mestrado, eu tirei férias, comprei a passagem com o meu dinheirinho, fui... E eu acho isso legal. Eu acho que é um cuidado muito interessante. E uma das etiquetas internas, digamos assim, é que, quando a gente sai da Fundação, a gente não vá trabalhar em nenhum lugar que receba recursos da Fundação. Então, a gente tem uma quarentena. Porque.. Bom, acho que ninguém faz isso, mas a pessoa poderia fazer uma doação para uma organização para pagar seu próprio salário no futuro. Não sei de nenhum caso que isso tenha acontecido, mas, para evitar, isso faz parte do protocolo. Por outro lado, essa é uma questão, porque, bom, a pessoa veio daquela área, vai voltar a trabalhar naquela área, a Fundação Ford financia aquela área, então, fica um... Então, a Fundação Ford paga uma quarentena de três meses – eram seis meses, mas, com a crise econômica, eles cortaram para três – para a pessoa repensar o seu local de trabalho, aonde que vai etc. E, de qualquer forma, por um ano, não pode trabalhar em algum lugar em que a pessoa vá receber o salário que venha de uma doação da Fundação Ford. Então, isso dá um tempo de segurança de que recursos da Fundação, que, de certa forma, são públicos, porque são recursos de isenção fiscal nos Estados Unidos, não sejam usados em benefício pessoal.

H.A. – Há dúvida da permanência da Fundação no Brasil, no sentido de que há esse entendimento internacional de que o Brasil está melhorando, progredindo – a passos curtos, mas progredindo –, sempre em ascensão?

D.D. – Não. Acho que não. A gente chegou a ter dúvidas. Em 2008, entrou um novo presidente na Fundação Ford e houve todo um debate de reorganização de linhas de trabalho, de escritórios etc. Logo depois, veio a crise econômica nos Estados Unidos e a Fundação fechou dois escritórios, o da Rússia e o do Vietnã, que eram os escritórios mais jovens. Eles tinham dez anos. Fecharam, montaram um programa em Nova York para ficar apoiando algumas organizações, numa parte de transição. E aí, claro, houve um debate sobre por que se manter, em que países etc. Agora, me parece que o objetivo da Fundação com estes escritórios não era estar nos lugares mais pobres, senão estaria na Etiópia, e não no Quênia, ou na Nigéria, ou na África do Sul, ou na Índia, ou na China, ou no Chile, ou no Brasil. Era, exatamente, estar em países em desenvolvimento que possam influenciar também os países da sua região, no sentido de processos democráticos, de desenvolvimento econômico etc. Então, a geopolítica da Fundação é muito mais, até onde eu vejo – assim, a minha avaliação, a minha perspectiva –, mesmo nos Estados Unidos, é muito mais uma geopolítica de apoio à ideia de criar estruturas e instituições e debates públicos do que, realmente, de assistência à populações pobres, no sentido da renda. Acho que tem, em vários momentos, a definição por populações marginalizadas. Por exemplo, o trabalho na Índia com os *dalits* é muito mais porque eles são os *dalits*, porque eles são uma casta, porque são ultradiscriminados do que pelo critério de renda. Pelo critério de renda, eles poderiam não estar apoiando os *dalits* e estar apoiando, sei lá, populações na periferia de Délhi. Ou mesmo no Cairo, todo esse processo agora no Oriente Médio – a Fundação mantém um escritório no Cairo, com doações na Palestina –, era muito mais um apoio a um debate sobre a democracia na região do que, realmente, de transferência de renda ou de... Acho que nesse mundo das fundações tem, obviamente... Funciona um pouco como um mosaico, como um quebra-cabeça. Algumas fundações fazem uma coisa; outras fundações fazem outras. E no debate, por exemplo, sobre Aids no continente africano, porque a Fundação tem muitas doações nos quatro países, é muito menos para a distribuição de medicamento e muito mais para apoiar as organizações a repensarem o marco legal, as políticas públicas etc. Então, a Fundação Ford tem esse perfil de médio e longo prazo, e eu acho que isso garante que, pelo menos pelo próximo período, não... O debate, no Brasil, ele é um debate



importante para o Brasil e para o mundo. Se o Brasil pudesse avançar na área de direitos humanos, por exemplo, deixar de ser violador dos direitos humanos, isso era importante para o Brasil e para o mundo. Ter uma democracia jovem, em um país em desenvolvimento, com um recorde de violações de direitos humanos baixo seria maravilhoso. E essa é uma tarefa inconclusa. Eu não tinha esperança que isso pudesse se resolver em dez anos, quando eu entrei, mas digamos que eu achava que, se o governo tivesse ajudado mais, poderia ter tido mudanças mais expressivas. Em dez anos, mudou muito pouco a questão da tortura nas prisões e tal. Isso é um direito civil e isso uma democracia tem que resolver; não pode ficar fazendo de conta que não está acontecendo. Então, obviamente, tem ainda uma agenda muito aberta pela frente. Agora, eu acho que hoje o país é mais dotado de instituições para lidar com isso. Se vai dar certo ou não, não sabemos.

L.L. – Em princípio, fizemos tudo. Gostaríamos de pedir a você... Você já falou informalmente com a gente, mas, assim, pessoas e projetos relevantes. Você até falou lá de Belo Horizonte, do...

H.A. – Do Cláudio.

L.L. – ...do Cláudio. Mas você tinha falado em um americano que vem aqui...

D.D. – David Trubek.

H.A. – Como é que escreve?

D.D. – David Trubek. [soletrando] Ele é da Universidade de Wisconsin. Se botar *law and development*, ele vai aparecer.

L.L. – E essa figura foi da Fundação Ford?

D.D. – Ele foi *program officer* da Fundação Ford de 1967 a 1971. Ele é uma figura superimportante para esse início. Ele era um jovem advogado e veio trabalhar no Departamento de Estado, em 1962, aqui no Brasil, e aí teve o golpe, ele ficou apavorado, dentro do

Departamento de Estado, e aí, quando abriu uma seleção para oficial de programa da Fundação, ele... E ele foi muito importante para pensar a relação do programa com a área de direito, com bolsas, com... David Trubek é importante. Eu acho que, na minha área, a Sonia Alvarez, que hoje está... Na Brown University?

L.L. – Na Brown?

D.D. – Não me lembro agora, a Sonia, mas é fácil achar. A Rebecca Reichmann. Ela é a diretora da Unifem no Brasil. Ela está em Brasília. E a Rebecca foi *program officer* por uns seis anos. Ela foi importante. O Bradford Smith. O Bradford Smith está no Foundation Center. Unifem, em Brasília, a Rebecca. A Rebecca foi *program officer*, eu acho que de 1980 e poucos a 1993.

H.A. – Seis anos, você falou.

D.D. – É. Acho que ela foi de 1987 a 1993, por aí. E o Brad Smith foi representante da Fundação nos anos 1990, antes do Nigel, e depois ele foi vice-presidente da Fundação por quase oito anos, por bastante tempo, ou dez anos, talvez, dessa área de direitos. E o Brad fala bem português.

H.A. – Isso é bom.

D.D. – É. Acho que ele dá uma boa entrevista. Ele está no Foundation Center.

L.L. – É em Washington?

D.D. – Em Nova York.

H.A. – De donatários, você sugeriu o Cláudio.

D.D. – Eu acho que tem que falar com a Ana Valéria Araújo, que é a diretora executiva do Fundo Brasil. Ela é muito interessante. Fica em São Paulo, o Fundo Brasil de Direitos

Humanos. Acho que vale a pena falar com o Oscar Vilhena, que foi da Conectas e da SUR e hoje é diretor da Faculdade de Direito da FGV de São Paulo.

L.L. – Esse daí vai ser fácil.

D.D. – O Oscar é fácil. Ele vem aqui de vez em quando. Dá para marcar um dia. Ele vem para reuniões na FGV e tal, dá para pedir.

H.A. – Porque a gente vai ter que selecionar, não é?

D.D. – Vocês têm que falar com a Sueli Carneiro, do Geledés, que é um donatário da Fundação de muitos anos.

L.L. – Você sabe que eu vou registrar a minha reclamação: a tradução do termo para donatário...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

D.D. – Sueli Carneiro, do Geledés, é muito importante. Aqui no Rio, eu acho que não tem... não dá para muitas pessoas.

H.A. – Mas é só porque a gente... Na verdade, eu não sei qual o número de entrevistas que... o máximo que a gente pode fazer.

L.L. – Em princípio, nós vamos fazer 20 entrevistas. Então, é mais ou menos...

D.D. – Então, cinco de cada programa. É mais do que suficiente.

L.L. – É, no fundo, o máximo. Mas aí isso não significa que uma pessoa fundamental... É aquela coisa, vamos usar o critério da Fundação Ford: é assim, mas não é rígido.

H.A. – Eu acho esse muito legal, por ter essa coisa histórica de ser mais do começo, para a gente pegar também um pouco [**inaudível**], é bacana.

D.D. – E a Rebecca.

L.L. – É, a Rebecca...

D.D. – A Rebecca e o Brad.

H.A. – E o Brad, claro.

D.D. – Aí a Sonia Alvarez não precisa, porque a Rebecca é bem representativa de todo o período.

H.A. – Entendi. E a gente pode mandar logo, não é Lúcia, um *e-mail* para o Brad e para o Trubek, para ver, sei lá, se eles vêm ao Brasil em algum momento esse ano.

D.D. – É, o Brad vem ao Brasil sempre. Ele deve estar vindo agora, porque é férias nos Estados Unidos. Eles devem estar vindo. Tem que pensar.

H.A. – Ah, olha!

L.L. – Eu gosto quando eu... Lendo coisas, eu fui fazendo nomes, por minha conta, e a Rebecca está lá. Então, não estou muito... Estava lendo direito as informações. Você vai fabricando uma linha, não é? Sobre tal assunto, o fulaninho; sobre o outro... Mas aí a gente vai conferir depois com as indicações de vocês.

D.D. – Então, acho que é isso.

H.A. – Está ótimo.

D.D. – Acho que o David, a Rebecca e o Brad são representativos da década de 1970, 1980 e 1990.

H.A. – Ótimo.

L.L. – E aí, dos que receberam...

D.D. – Os parceiros.

L.L. – ...dos parceiros, a gente vai fazer um... Vamos ver ainda como é que a gente vai...

D.D. – Acho que o Oscar, você pode explorar essa coisa do Brasil no mundo, porque eles têm a Conectas, que é uma organização internacional; têm a SUR; têm não sei o quê; litiga no sistema. Têm essa coisa de não ser uma área de direitos humanos provinciana...

L.L. – Fechada.

D.D. – ...insular. A Ana, essa coisa das outras fundações, dos fundos, dos pequenos projetos, da importância disso no país, que é muito importante. E a Sueli, toda a conexão com o tema racial e de mulheres, porque a Sueli, o Geledés é o Instituto da Mulher Negra, então, ela pega todo o tema de raça e gênero. Pronto.

L.L. – Embora... Eu acho que podemos encerrar, para a gente continuar a conversa aqui.

[FIM DO DEPOIMENTO]